



Universidade de Brasília  
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas  
Departamento de Gestão de Políticas Públicas

WILLIAM SOARES FREITAS

**POLÍTICA CULTURAL: a cultura da população negra no  
contexto da Política Nacional de Cultura**

Brasília – DF  
2018

WILLIAM SOARES FREITAS

**POLÍTICA CULTURAL: a cultura da população negra no  
contexto da Política Nacional de Cultura**

Monografia apresentada ao Departamento de  
Gestão de Políticas Públicas como requisito  
parcial à obtenção do título de Bacharel em  
Gestão de Políticas Públicas.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Fátima  
Rodrigues Makiuchi

Brasília – DF  
2018

WILLIAM SOARES FREITAS

**POLÍTICA CULTURAL: a cultura da população negra no  
contexto da Política Nacional de Cultura**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília do aluno

**William Soares Freitas**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi  
Professora – Orientadora

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Suylan de Almeida Midlej e Silva  
Professora – Examinadora

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Doriana Daroit,  
Professora – Examinadora

Brasília, 29 de junho de 2018

À Maria Dolores, minha mãe, uma referência de resistência.

## AGRADECIMENTOS

Descrever nestas poucas linhas os meus agradecimentos à todas as pessoas que estiveram, direta e indiretamente, presentes na construção deste trabalho é uma tarefa difícil.

Inicialmente, gostaria de agradecer a minha família, na figura da minha mãe e das minhas duas irmãs, por fazerem parte da minha trajetória, e desejarem a construção de um trabalho que refletisse os meus aprendizados adquiridos dentro e fora da universidade. Este trabalho é fruto de um lugar, de uma inquietação e de vivências que transcorrem a minha história, é reflexo da minha relação com essas três mulheres negras que tem relevante influência na minha trajetória, de maneira que as mesmas nem imaginam.

Este trabalho só ganha concretude graças às autoras e os autores negros que me acompanharam em sua construção. Ainda que a Universidade tente nos sufocar com as suas literaturas brancas e hegemônicas, seguiremos resistindo a toda e qualquer forma de epistemicídio do povo negro. Lélia Gonzales, Beatriz Nascimento, Carolina de Jesus, Chimamanda Ngozi Adichie, Grada Kilomba foram umas das muitas que me sustentaram neste processo.

Agradecer a todas as minhas amigas, que estiveram do meu lado neste momento difícil e que contribuíram para a construção deste trabalho.

À minha orientadora, professora Fátima, por não me pressionar, por me aliviar nas angústias da escrita e, principalmente, por estar sempre disposta a me atender. No último momento estava lá me confortando.

Não poderia de forma alguma deixar de agradecer às famílias, Porto e Ewerton, que me ampararam de diferentes formas, seja na leitura da minuta deste trabalho, seja na leitura do trabalho pronto, seja com um “descanse meu filho, amanhã você continua, vai dar certo”.

Agradeço, também, aos representantes de duas disciplinas específicas da UnB, a Disciplina Direito e Relações Raciais, na figura dos professores do Maré, e a disciplina Cultura, Poder e Relações Raciais, ministrada pela Prof.<sup>a</sup> Marjorie, ambas me aproximaram de uma literatura negra quase que apagada pela academia.

Agradeço, por fim, aos filhos da diáspora, os negros que, por meio de inúmeras trocas transculturais, me fizeram ter convicção na construção deste trabalho.

## RESUMO

Este trabalho buscou analisar as influências da cultura da população negra no contexto da Política Nacional de Cultura, a considerar, principalmente, as três Conferências Nacionais de Cultura. Para isso, uma contextualização em torno das experiências e expressões culturais da população negra no Brasil são emergidas nas linhas deste estudo. Por compor o campo das pesquisas qualitativas, os marcadores metodológicos aqui assumidos são: estudo bibliográfico, análise de conteúdo e a perspectiva da instrumentação da ação pública, para apreensão e tratamento das Conferências Nacionais de Cultura, dos editais da Fundação Cultural Palmares e do Ministério da Cultura. Foram consideradas, essencialmente, na análise, as propostas e moções que trataram da cultura negra e os editais materializados a partir das Conferências, entendendo-os como instrumentos da ação pública. Os contornos das percepções acerca dos resultados demonstram como o campo da cultura concentra as políticas culturais para o povo negro, e como elas são, no discurso, apresentadas e construídas em torno dos eixos que sustentam as Conferências Nacionais de Cultura, sendo eles: gestão e institucionalidade da cultura; cidadania e direitos culturais; produção simbólica e diversidade cultural; e economia da cultura. As propostas que tiveram maior materialização nos editais pertencem aos eixos de produção simbólica e economia da cultura. À guisa da conclusão constatou-se que o Estado assume determinada responsabilidade quanto à constituição das políticas de cultura da população negra, contudo, a maneira como é assumida traduz a construção limitada em torno da leitura da cultura negra nos arquétipos da “cultura popular” e do “folclore” em especial na gestão e institucionalidade das políticas culturais, como também, nas políticas de cidadania e direitos culturais. O campo da cultura, por estar introjetado nas estruturas estatais arquitetadas historicamente em torno do racismo sistêmico, não se exime em reproduzir as lógicas da racialização nas políticas de cultura.

Palavras-chave: Política cultural. Cultura negra. Ação pública. Identidade Nacional. Racismo.

## ABSTRACT

This research analyzes the influences of black culture into the context of National Culture Policy considering the three National Conferences on Culture. Thus, the study brings a contextualization about black culture in Brazil. The research is qualitative, so the methodological markers used for apprehension and treatment of the “Conferências Nacionais de Cultura”, the “editais” from the “Fundação Cultural Palmares” and the “Ministério da Cultura” are bibliographic study, content analysis and perspective of public instrumentation. The analysis considered the proposals and motions dealing with black culture and the “editais” materialized from the Conferences. Moreover, the analysis understand them as instruments of the public action. The perceptions about the results show how the field of culture concentrates the cultural policy to black people. Furthermore, it shows how they are (in speech) presented and constructed around the axes that support the “Conferências Nacionais de Cultura”: management and institutionality of culture; citizenship and cultural rights; symbolic production and cultural diversity; culture economy. The proposals that had greater materialization in the edits belong to the axes of symbolic production and culture economy. Therefore, the research found that the State assumes a certain responsibility for the constitution of the policies of culture of the black population. However, the way it is assumed translates the limited construction around the reading of black culture in the archetypes of the “cultura popular” and the “folclore”, in particular in the management and institutionality of cultural policies as also the citizenship policies and copyright. The field of culture is introjected into state structures historically architected, so it reproduces the logic of the systemic racism from the cultural policies.

Keywords: Cultural policies. Black culture. Public action. National Identity. Racism.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

Figura 1- Pentágono das políticas públicas. ....	39
--	----

### QUADROS

Quadro 1 – Sistematização histórica das políticas culturais.....	30
Quadro 2 - Sumário das referências de análise.....	41
Quadro 3 - A construção das conferências .....	43
Quadro 4 - Propostas da I Conferência Nacional de cultura com relação à cultura negra .....	46
Quadro 5 - Resumo das Estratégias Prioritárias da II Conferência Nacional de Cultura .....	48
Quadro 6 - Prioridades Setoriais da II Conferência Nacional de Cultura .....	48
Quadro 7 - Resumo das Propostas Prioritárias da III Conferência Nacional de Cultura.....	50
Quadro 8 - Situação das metas do Plano Nacional de Cultura .....	51
Quadro 9 - Relação dos eixos e o foco de tematização .....	53
Quadro 10 - Relação dos eixos e o foco de tematização .....	56
Quadro 11 - Os editais do MinC e os eixos temáticos.....	57



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
1.1	Objetivo Geral da Pesquisa.....	12
1.2	Justificativa .....	13
<b>2</b>	<b>REVISITAR A HISTÓRIA E BUSCAR NOSSOS REFERENCIAIS TEÓRICOS.</b>	
	<b>14</b>	
2.1	Racismo, Movimento negro, Manifestações culturais e a agenda governamental. 14	
2.2	Cultura Negra: História de Resistência e as Manifestações Culturais. ....	17
<b>3</b>	<b>POLÍTICA CULTURAL: HISTÓRICO DA AÇÃO ESTATAL E CONCEITUALIZAÇÕES .....</b>	<b>24</b>
3.1	Histórico da Ação Estatal .....	24
3.2	Conceitualização da Política Cultural .....	29
3.3	Decolonialidade, cultura negra, identidade nacional e democracia cultural...32	
<b>4</b>	<b>MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA.....</b>	<b>36</b>
4.1	Instrumentação da Ação Pública: As Conferências e os Editais.....	38
<b>5</b>	<b>A CULTURA DO NEGRO NAS CONFERÊNCIAS E NAS AÇÕES DO ESTADO</b>	
	<b>42</b>	
5.1	Construindo as Conferências Nacionais de Cultura.....	42
5.1.1	I Conferência: a grande mãe .....	43
5.1.2	II Conferência: encontro dos Antenas da Raça com os Antunes da Roça.....	44
5.1.3	III Conferência: cultura como Política de Estado? .....	45
5.2	Conferindo as Conferências: entendendo seus meandros em torno das políticas culturais da população negra. ....	45
5.2.1	As moções e as propostas: revelando as intenções das delegadas e dos delegados nas Conferências Nacionais de Cultura .....	45
5.2.2	A instrumentação da ação pública: os editais como reflexo das políticas culturais a partir das Conferências Nacionais de Cultura. ....	52
5.2.2.1	Os Editais da Fundação Cultural Palmares .....	52
5.2.2.2	Os editais da cultura da população negra do MinC.....	56
<b>6</b>	<b>E DEPOIS? CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DAS INFLUÊNCIAS DA CULTURA NEGRA NA CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA. ....</b>	<b>59</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>64</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A discussão em torno do tema política cultural é invocada, antes de tudo, em uma perspectiva de entendimento de construção da política cultural brasileira contextualizada com seu processo histórico. Torna-se necessário então construir uma linha histórica onde seja possível a percepção do conceito política cultural. Consonante a isso, estabelecer um foco na categoria raça acerca da construção das políticas culturais do Brasil, exige o entendimento de como os grupos organizados e não organizados se estabelecem enquanto principais atores das políticas culturais da população negra.

Ao se tratar da população negra é importante destacar a relevância de suas manifestações culturais no processo de reconhecimento de identidade e legitimidade de um povo. Nesse contexto, a condecoração emergente de valorização do povo negro surge amparado no reconhecimento de um Estado que tem o racismo apregoado em suas raízes institucionais, e, a considerar as estruturas e políticas que se constituíram historicamente, é indispensável reconhecer nas políticas afirmativas o direito mínimo a ser resguardado e garantido à população negra, marginalizada histórico e socialmente.

O presente trabalho, portanto, se organiza, partindo do questionamento em torno das relações de influência das manifestações culturais dos negros para a Política Nacional de Cultura. E para isso, é preciso lançar mão da pesquisa bibliográfica para situar historicamente como se deu a presença e participação da cultura negra na construção da identidade nacional, aqui sob uma perspectiva decolonial e das políticas da democracia cultural buscando esta compreensão em torno de referenciais teóricos, tais como: racismo, movimento negro, manifestações culturais e a ação pública.

Para compreensão da política cultural, partiremos de uma abordagem histórica da ação estatal e conceitualizações acerca do campo das políticas culturais incorporado nos estudos culturais, para então relacionar e analisar por meio de uma pesquisa qualitativa como foi tratado e assimilado, na elaboração e implementação da Política de Cultura, a questão de raça e a origem negra. Trazendo dados coletados em uma pesquisa documental, no Produto das três Conferências Nacionais de Cultura e nos editais do Ministério da Cultura e Fundação Palmares — entendendo-os como instrumentos de gestão da ação pública —, bem como de legislações que afetam a Política Cultural e, ao mesmo tempo percorrendo uma revisão bibliográfica com os conceitos estruturantes desse estudo.

Por último, busca-se fomentar um diálogo com a principal indagação que este trabalho conduz: quais as relações de influência das manifestações culturais dos negros para a Política Nacional de Cultura? Apresentaremos o estado da arte do pressuposto indicado inicialmente de que a Política Nacional de Cultura, enquanto uma política de Estado, é negligente, muito decorrente do racismo institucional, quanto às manifestações culturais da população negra – organizada e não organizada – no desenvolvimento de políticas que garantam a transformação social, tendo em vista o exercício do poder e à tomada de decisão do Estado e dos agentes sociais.

Para entender como o racismo institucional se inscreve no campo da cultura é importante recorrer aos primeiros momentos da colonização brasileira para entendermos como a cultura é tratada enquanto sua constituição política. Isto é, reconhecer que a construção da política cultural no Brasil transcorre uma linha temporal, constituída pelos aspectos mais embrionários até os mais atuais para sua definição. A cultura, no período colonial, fora limitada apenas aos moldes intelectuais europeus sem nenhum espaço para outras culturas em sua formação. Possibilitando assim, que não houvesse nenhum conflito de interesses com a Corte Portuguesa (BARBALHO, 2013, p. 13).

Com a chegada da Família Real é que se impulsiona a construção de espaços que difundam o conhecimento e as artes, todos com influências europeias e limitadas aos grupos dominantes. Contudo, mesmo com a construção desses espaços não se tinha uma ideia de edificação de uma Política Nacional de Cultura. Nem no período oligárquico da Primeira República observamos avanço nessa construção.

Para se conceber a construção da política cultural do Brasil é preciso percorrer um tempo além da Independência e da proclamação da república. Na Era Vargas, com a educação e a cultura em destaque, observam-se transformações no campo da cultura, principalmente com a criação do Ministério da Educação e Saúde, onde espaços como museus, bibliotecas, ainda que limitados, são constituídos para a difusão de um caráter nacional relevante para a formação cultural brasileira. Além desse período, o período do Regime Militar também é importante para o entendimento em torno da relação do Estado com a cultura, onde o principal objetivo era para com a formação de uma nacionalidade conservadora. A política cultural nesse período não vai além do caráter de mercado para a produção e circulação de uma cultura elitista e hegemônica. No governo Geisel a estrutura da política cultural ganha novos arranjos, principalmente com a implementação do primeiro plano da Política Nacional de Cultura, por meio do Ministério de

Educação e Cultura. Contudo, esse arranjo constitui-se em um modelo de pretensões políticas do regime militar (CALABRE, 2005).

O governo de José Sarney, o primeiro governo pós-regime militar, cria o Ministério da Cultura, onde se esperava que a política cultural ganhasse uma estrutura nova, caracterizou-se por um enfraquecimento estrutural. Isto, tendo em vista a sua desvinculação do Ministério da Educação, o que gerou maior desestruturação somada ao desinteresse político de assumir aquela pasta ministerial. Celso Furtado foi o único ministro que, nesse período, assumiu o MinC por mais de dois anos, sendo considerado ator relevante na estruturação do ministério. Contudo, a perspectiva do governo Sarney era de uma política cultural ainda voltada para o mercado. A saída de Celso Furtado enfraqueceu a estrutura do ministério, culminando na sua extinção no governo liberal de Fernando Collor. Somente após o seu impeachment e com a ascensão de Itamar Franco que o MinC seria recriado a partir de uma nova estrutura inevitavelmente inconsistente. No governo FHC o MinC se estabiliza, porém permanece sob a formação de uma política neoliberal que enxergava a cultura como um negócio (BARBALHO, 2013).

Nos governos petistas, o MinC passou a ser gerido por políticos como Gilberto Gil, Juca Ferreira, Ana Holanda e Marta Suplicy. É neste momento que a política cultural começa a ganhar maior institucionalização, como resultados da criação das Conferências Nacionais de Cultura, do Plano Nacional de Cultura e do Sistema Nacional de Cultura. A partir desses marcos, a sociedade ganha relevante participação na formulação da política nacional de cultura, o conceito de cultura é ampliado e comporta os grupos marginalizados como: grupos indígenas, quilombolas e ciganos. É nesse contexto de maior organização e institucionalização das políticas culturais que grupos excluídos do processo decisório surgem como relevantes para a formação da política nacional de cultura.

## 1.1 **Objetivo da Pesquisa**

Analisar a relação das Conferências Nacionais de Cultura e sua materialização nos editais do Ministério da Cultura e da Fundação Cultural Palmares, com relação a cultura da população negra, no desenho da Política Nacional de Cultura no Brasil.

## 1.2 **Justificativa**

A relevância do estudo ora apresentado se dá em virtude da necessidade de retomar, e tirar da invisibilidade e negação, a importante influência da cultura negra na construção das políticas públicas de cultura e da identidade nacional. O desenho de identidade não está restrito a uma concepção pautada na nacionalidade, sendo a cultura a grande força motriz desta concepção.

Desta forma, ao apresentar o processo das ações estatais no campo cultural, o presente estudo se propõe analisar em que medida, no construto da identidade nacional, e das políticas culturais foi considerado a condição da racialização do Estado brasileiro, isto se aponta como a relevância e justificativa do estudo visto a valorização de nossa estruturação cultural, e assim revistar a história e buscar novos referenciais teóricos é o que faremos a seguir. O que pondera o estudo é, antes de tudo, a percepção de como a agência da questão do negro é tratada pela pasta cultural do Estado.

## **2 REVISITAR A HISTÓRIA E BUSCAR NOSSOS REFERENCIAIS TEÓRICOS.**

### **2.1 Racismo, Movimento negro, Manifestações culturais e a agenda governamental.**

O racismo no Brasil decorre de muitos fatores: ideológico, capital, cultural, entre outros, o que nos coloca à frente da necessidade de analisar como ele é estruturado em nossa sociedade capitalista e como os movimentos da população negra estão organizados frente a este sistema racista de modo a lutar por políticas que garantam a legitimidade de um povo. Considera-se explicação ampliada em torno do racismo institucional ao abordar essas duas categorias: racismo estrutural e racismo sistêmico.

Souza (2011), ao versar sobre a diferença entre as categorias do racismo estrutural e sistêmico, sublinha que a distinção e os cruzamentos entre elas estão no âmbito da exclusão institucional, ou ainda como apresenta: no colonialismo. Aqui entende-se que o racismo institucional, no arquétipo moderno, está ligado à noção da colonialidade, e como ela se projeta nas sociedades atuais — este argumento será melhor trabalhado no capítulo próximo, quando tratar da decolonialidade.

O importante a se considerar é que racismo sistêmico tem um entendimento ampliado no modo como é materializado, ou seja, os valores de uma sociedade, as suas crenças estão todas imbricadas no arranjo social mais amplo, é esse o cenário do racismo sistêmico (Souza, 2011). No contexto da sociedade brasileira este foi construído a partir da falsa ideia da democracia racial e ganha legitimidade nas nossas estruturas, a medida em que o racismo estrutural está introjetado nas instituições específicas, por exemplo: nas instituições policiais, nos partidos políticos, nas burocracias do Estado, no atendimento dos serviços públicos, entre outras instituições. É no estabelecimento dessas categorias que o racismo institucional está inscrito (SOUZA, 2011, p. 80).

Consequente a isso, é relevante destacar de que maneiras o movimento negro esteve e está organizado frente a uma luta de combate expressivo do sistema racista brasileiro. É importante evidenciar que não somente os movimentos organizados estão na luta contra o racismo, essa luta é travada tanto no âmbito individual quanto coletivo e suas marcas são produtos de um extenso combate de experiências históricas.

O movimento negro tem suas primeiras formas de organização ainda nos quilombos, mesmo de maneira clandestina. A partir da abolição da escravidão, os negros começam a se organizar em clubes que se denominavam entidades culturais beneficentes, forma essa que garantia o convívio e as articulações do povo negro. Em 1931, é fundada a Frente Negra, considerada o maior e mais abrangente processo de organização dos negros. As organizações dos negros se davam, principalmente nos períodos ditatoriais, por vias culturais como, por exemplo, a Associação Cultural do Negro (ACN) e o Teatro Experimental do Negro (TEN), etc. São esses espaços que tem Abdias do Nascimento como principal fundador e intensifica, na esfera da cultura, a consciência da negritude brasileira numa perspectiva de fortalecimento da autoestima do negro (DOMINGUES, 2007).

O Movimento Negro Unificado de 1978 é outra organização relevante no tocante do empoderamento da população negra, pois, além de surgir com uma influência ideológica da esquerda socialista ele se aproxima de outros movimentos sociais e movimentos culturais.

O ordenamento jurídico brasileiro, assim como as políticas afirmativas, avançaram consideravelmente na ampliação dos direitos conquistados pelos negros. Contudo, é insuficiente se pautar apenas em torno dessas conquistas para garantir uma maior igualdade social para a população negra, considerando a histórica exclusão racial.

Como evidenciado acima, essas conquistas não são apenas frutos das organizações políticas do movimento negro, como também são sustentação às manifestações culturais herdadas dos ancestrais africanos, e que hoje sofrem com o ataque agressivo por parte de grupos conservadores quem compõem as instituições políticas da sociedade. Assim, a contar da relevância no contexto estruturante da identidade cultural brasileira, faz-se necessário salvaguardar e promover essa cultura tão rica, numa perspectiva ampliada de identidade.

Ademais, cabe elucidar a contribuição histórica por meio das manifestações culturais do povo negro juntamente com seus costumes que somaram para a formação da sociedade brasileira.

Oriunda de África, a cultura negra influi na religião, música, dança alimentação, língua, etc., contudo, as repressões do passado moldam o atual, e construído historicamente, quadro do racismo e intolerância das manifestações culturais dos negros, principalmente nos cultos das religiões de matriz africana. O colonialismo e imperialismo do passado refletem hoje

numa prática de “colonialismo interno”<sup>1</sup>, e sacrifica a ancestralidade material e imaterial de um povo.

Ainda assim, a riqueza e diversidade cultural fazem-se resistentes na sua ancestralidade, e são reflexos de muitas lutas no campo político, através do exercício da participação e de pressão aos governos, estabelecidos nas estruturas estatais.

Por isso, há uma urgência de não deixar que o *ethos* cultural do povo negro seja perdido ou transformado na lógica eurocêntrica. O empoderamento surge como resultado da representação cultural no processo de decisão das políticas públicas, onde a política de ideias necessita ser acrescida à política de presença para que os negros sejam melhores representados na formação da agenda governamental brasileira.

Instituições do governo, ONGs, movimentos sociais e líderes de religiões afro-brasileira interpretam papéis significantes nas suas posições distintas junto à prática de democratização da cultura. Sendo assim, as demandas surgem e os governos têm que se posicionar à medida que a cultura ganha visibilidade no contexto da política.

Uma abordagem da cultura da população negra, tendo como base a história do negro no Brasil, não cabe nas linhas deste trabalho. Seria pretensão de minha parte abordar todas as contribuições dos negros escravizados no Brasil para a cultura nacional, e a contar também o fluxo transnacional das interações da população negra da diáspora africana (apresento no próximo capítulo a conceituação deste termo, como também a sua importância contextual).

Ao tratar de cultura, intrinsecamente, retratamos a história. Por isso, conceber as influências da população negra para a construção da Política Nacional de Cultura requer a necessidade de revisitar o passado que traduz no tempo atual o retrato rico desse povo vindo de África, as suas formas de organizações retratadas na resistência à escravidão e as cruéis mazelas do colonialismo, imperialismo e racismo.

Nesse sentido, evocar alguns aspectos da história do negro no Brasil para projetar na cultura brasileira a atuação dos seus antepassados, urge como potência explicativa na construção da identidade nacional. Assim, a proposta que se segue não enxerga a cultura dos negros reduzida ao que muitos intelectuais aclamam, e que muitas das políticas culturais estão circunscritas, como “folclore” e “culturas populares” sem demonstrar as reais tramas significativas de herança ancestral.

---

<sup>1</sup> Na concepção de Casanova (2007), o colonialismo interno consiste em práticas de dominação semelhantes às coloniais no interior dos Estados-nação pós-coloniais



Gonzalez (1988, p. 70), quando, brilhantemente, trata das influências do povo banto na construção da nossa língua portuguesa, apresenta uma proposta que rompe com o reducionismo do qual a cultura negra vem sendo submetida historicamente, este que é só mais uns dos métodos que contribuem para o seu silenciamento e para política de branqueamento. Acrescenta ainda, que por intermédio do “véu ideológico do branqueamento” classificações eurocêntricas determinam que a “*influência negra na formação histórico-cultural*” seja minimizada pelas categorias “folclore nacional” e “cultura popular” (GONZALES, 1988, p. 70).

Para transcender os arranjos que inscrevem a atuação histórico-cultural da população negra de maneira reducionista é importante apresentarmos os seus sistemas de organização, músicas, as danças, crenças e os espaços onde foram e são historicamente constituídos. Estes aspectos retratam a maneira como os escravos se organizavam, tal organização se manifesta de forma heteromorfa, a depender dos momentos históricos, sustentando assim formatos diferentes.

## 2.2 **Cultura Negra: História de Resistência e as Manifestações Culturais.**

Pudera-se partir de vários aspectos preponderantes para tratar da cultura dos negros no Brasil, contudo é importante iniciar a partir da conjectura das irmandades católicas no período colonial que contavam com a participação do negro, a considerar a situação de colonização global, onde segundo o que atenta Moura (2004, p. 11), a adesão a certos santos católicos por parte do negro, retratava uma das formas de como se dava a sua organização cultural no cenário colonial.

Mesmo quando Moura (2004) no livro “História do Negro no Brasil” apresenta essa participação como, do ponto de vista da resistência, ambígua, há de se considerar a inegável, ainda que paradoxalmente contraditória, formação de algumas das simbologias do catolicismo com base nas religiões ancestrais dos negros. O sincretismo religioso forçou os negros escravizados a reproduzir as manifestações judaico-cristãs, que as cooptaram para muitas das vezes adquirir, taticamente, as barganhas materiais de que precisavam, ou seja, as ferramentas para se sustentarem. Esse movimento do sincretismo, mostra-se em duas facetas: em uma observamos o caráter abrupto da tentativa de apagamento das religiões vindas de África, e em

outra destaca-se o campo da estratégia, utilizado não só para o ganho material, mas para garantir que a sua história não fosse apagada. No tocante, destaca-se que:

No Brasil este processo se acentuou em função da diferenciação étnica e cultural da população negra escravizada, que vai de inúmeros componentes étnicos do grupo linguístico banto até a sudaneses islamizados. Mas, apesar disto, o culto de Nossa Senhora do Rosário se destaca como matriz organizacional e de devoção dos negros brasileiros. (MOURA, 2004, p. 11)

Com isso, os valores ancestrais das religiões de matriz africana acarretaram, no contato com o cristianismo, conflitos que na transposição das manifestações religiosas revelaram formas distintas de assimilação e prática do catolicismo por parte dos negros.

Os quilombos, além de espaços de resistência, eram lugares dotados de organização própria, e desenvolvia-se cultura, social e economicamente intenta a resistir aos modos de produção escravista. Considerar o quilombo como espaço de organização própria é entender a sua relevância histórica para os negros, é mostrar que tais espaços, surgem, não como foi e ainda continuam sendo apresentados pela história, como espaços para negros fugidos, somente. Os quilombos têm sua construção na urgência de assegurar que, dado o pano de fundo de segregação territorial, do racismo e da pobreza, os africanos escravizados tivessem um território que os possibilitassem o resgate da sua liberdade e dignidade. A exemplo dessa definição de quilombo, temos a “República de Palmares”, o maior quilombo da história brasileira que “sonhava com uma possível volta ao Estado ‘Tradicional’ Africano” (LOPES, 1987, p. 27)

Abdias do Nascimento (1980) concebe o quilombismo, enquanto formas associativas que cumprem uma função social, daí entende-se os quilombos não apenas como os espaços rurais, afastados das cidades. O autor trata do quilombo enquanto territórios que “formam uma unidade, uma única afirmação humana, ética e cultural, a um tempo integrando uma prática de libertação e assumindo o comando da sua própria história” (NASCIMENTO, 1980, p. 265). A considerar a sua atuação na valorização da cultura do povo negro, destaca-se, ainda, que as organizações, tais quais: irmandades, confrarias, clubes, grêmios, terreiros, centros, escolas de samba, etc. são todos espaços considerados quilombos, são extensões onde os laços são renovados, onde se preza pela liberdade, além de cumprir o papel de território de sistematização das lutas (NASCIMENTO, 1980, p.264).

Há de se destacar que, ao falar sobre quilombo e não abordar algumas das contribuições da historiadora Beatriz Nascimento seria um descaso, no mínimo, visto que como intelectual negra, apresenta o quilombo enquanto central no entendimento da história do negro. Acerca disso, a autora sublinha que:

É como caracterização ideológica que o quilombo inaugura o século XX. Com o fim do antigo regime, também terminou a concepção desse estabelecimento como resistência à escravidão. Mas, justamente por ter sido concretamente durante três séculos uma instituição livre e paralela ao sistema dominante, sua mística passa a alimentar os anseios de liberdade da consciência nacional. [...] O quilombo adquire papel ideológico e fornece material para a ficção participativa, como foi o caso da primeira atuação do Teatro Experimental do Negro em 1944, quando colaborou na encenação da peça *Palmares*, de Stela Leonardo, pelo Teatro do Estudante do Brasil. O mesmo fenômeno se repetiu mais tarde, com a peça *Arena Conta Zumbi*. Essas e outras atividades culturais buscavam o reforço da nacionalidade brasileira por meio do filão da resistência popular às formas de opressão, confundindo num bom sentido o território palmarino com a esperança de um Brasil mais justo em que houvesse liberdade, união e igualdade. (NASCIMENTO, 2008, p. 87)

Desse modo, o quilombo, que segundo Beatriz Nascimento (2008, p.72) tem sua origem angolana, além de instituição histórica de resistência, apresenta-se enquanto ideologia para externar contrariedade às diversas formas de opressão racial, ou seja, sua caracterização ideológica reside sobretudo no modo de resistência cultural.

Quando se trata das organizações negras, os clubes, grêmios e associações são retratos dos espaços onde os ex-escravos, os libertos se reuniam para se mobilizarem em um primeiro momento pós-abolição, eram nestes lugares que a negrada se encontrava para se estruturar enquanto movimento organizado.

Sistematizando o que trata Domingues (2007) em *“Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos”*, o autor traz a organização desse movimento durante a República, resumindo-o em três momentos, tais quais são resumidos a seguir.

Num primeiro momento da fase inicial da República (1889 – 1937) os negros ex-escravos organizavam-se por meio dos espaços já citados no parágrafo anterior, e o que marca este primeiro momento são as características que estas organizações assumem, em sua maioria de caráter assistencialista, recreativa e/ou cultural. Segundo Domingues (2007, p. 118), a relação do movimento negro com a “cultura negra” nesta fase, dá-se de maneira distanciada, ou seja, no movimento organizado dos negros havia certo distanciamento dos símbolos associados à cultura negra.

Ademais, surge, ainda neste primeiro momento, a necessidade de uma imprensa negra que levasse informações a respeito de como os ex-escravos se articulavam na denúncia contra o que eles sofriam no âmbito do trabalho, da habitação, da educação e da saúde. Além dos jornais e revistas que começam a serem propagados para a população negra na época, uma das mais importantes organização que surge nos finais deste primeiro momento, a Frente Negra Brasileira (FNB) constitui relevante papel na estruturação do movimento, com mais de 20 mil

associados, ela representava o poder de barganha em defesa dos interesses dos negros. (DOMINGUES, 2007, p. 104)

A segunda fase destacada é marcada pelo período entre 1945 e 1964. O momento vago entre 1937 e 1945 que marca o regime do Estado Novo é representado pela forte repressão política a qualquer movimento de resistência. As organizações mais influentes nesta fase são a União dos Homens de Cor (UHC) e o Teatro Experimental do Negro (TEN) — que tem a figura de Abdias do Nascimento como principal liderança. Enquanto a UHC carregava a proposta de desenvolvimento dos negros, econômica e intelectualmente, o TEN surgiu inicialmente com o objetivo de se ter um teatro formado apenas por artistas negros (DOMINGUES, 2007, p.108).

Contudo:

[...] progressivamente o TEN adquiriu um caráter mais amplo: publicou o jornal Quilombo, passou a oferecer curso de alfabetização, de corte e costura; fundou o Instituto Nacional do Negro, o Museu do Negro; organizou o I Congresso do Negro Brasileiro; promoveu a eleição da Rainha da Mulata e da Boneca de Pixe; tempo depois, realizou o concurso de artes plásticas que teve como tema Cristo Negro, com repercussão na opinião pública. Defendendo os direitos civis dos negros na qualidade de direitos humanos, o TEN propugnava a criação de uma legislação antidiscriminatória para o país. (DOMINGUES, 2007, p. 109).

A segunda fase do Movimento Negro, diferente da primeira, tem maior aproximação com a “cultura negra”, contudo, como acordado por Domingues (2007) esta aproximação se dava de forma ambígua, primeiro, pelo fato das assimilações da cultura negra estarem sujeitadas à cristianização, e segundo, por considerar as aproximações ideológicas e políticas mais para o centro e direita.

Diante a Ditadura Militar, o Teatro Experimental do Negro foi praticamente extinto e o movimento negro, neste período, ficou suprimido e desmobilizado, e ainda que algumas ações culturais permanecessem naquele período, elas não foram capazes de garantir politicamente que o movimento se reestruturasse (DOMINGUES, 2007, p. 110). E foi a partir deste cenário que a terceira fase do movimento negro começa a ser concebida.

Esta fase datada de 1978 a 2000, consagra a luta por igualdade a partir do Movimento Negro Unificado (MNU) que tem na sua construção ideológica e política um projeto que, segundo que consta na “Carta de princípios” do MNU, resolve lutar em “*defesa do povo negro em todos os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais*”, e atribuí à escravidão e ao sistema capitalista as causas do racismo no Brasil, ao considerar que, influenciado pelo movimento negro dos Estados Unidos, o MNU tem em sua proposta política e ideológica inscrita nas forças políticas de esquerda. Nesta fase é importante destacar o valor dos símbolos

associados à cultura negra, como a capoeira, o samba, as religiões de matriz africana (principalmente o candomblé).

Um aspecto a ser destacado em toda estruturação do movimento negro, nas três etapas descritas e na sua dinâmica atual, a contar da sua organização social, reside no âmbito da cultura. Este, que além de resistir às diversas formas de apagamento e silenciamento, materializava-se, e ainda o faz, como território das manifestações políticas.

Como apresentado anteriormente, é inegável que além dos estabelecidos cultos religiosos de matriz africana praticados no Brasil, a incorporação dos símbolos religiosos nas demais instâncias da vida cultural do brasileiro se faz presente. As distintas manifestações compõem um quadro rico da religiosidade de influência africana na vida dos brasileiros.

Diante disso, limito apresentar algumas das heranças religiosas dos negros escravizados no Brasil que traduz o pano de fundo das manifestações de suas crenças. Lopes (1987) ao tratar das religiões negras no Brasil destaca as características dos nagôs, que compreende todos os grupos originários do Sul e Centro do Daomé e do Sudoeste da Nigéria, e que como parte dos escravos trazidos para o Brasil comportam, na feitura da simbologia mítica, grande responsabilidade na religiosidade afro-brasileira. A exemplo pode-se destacar, os candomblés e todas suas feitura, com referências diversas às suas caracterizações, que se externa nos terreiros, no Axé, nos orixás, em Olorum<sup>2</sup>, todos símbolos dos candomblés, a considerar as suas singularidades. Cabe destacar que “*os Candomblés são divididos em nações, sendo as mais conhecidas às nações Jeje, Angola e Ketu* (VELECI, 2017, p. 32)”, e nesse sentido os nagôs podem serem lidos com Jeje, também.

Outro fator preponderante destacado é a compreensão dos candomblés enquanto nações, considerando que ao referenciar Milena Xibile Batista, a autora Nailah Valeci(2017) sublinha que

O termo nação utilizado pelos candomblecistas não deve ser confundido com as nações dos Estados Nacionais Modernos. Para os afro-religiosos, nação deve ser compreendida no sentido de “agrupamentos africanos etnicamente diferenciados” que constituíram o Candomblé tentando reproduzir certos saberes e valores de suas origens ancestrais da África (VALECI, 2017, p. 32).

Entretanto, importa evidenciar que no processo das práticas religiosas de matrizes africanas, no Brasil, pondera as marcas distintas de suas caracterizações, que além do culto nagô, do culto jeje, o culto banto, o candomblé de caboclo (de influência indígena) etc., a

---

<sup>2</sup> O Deus supremo da religião tradicional africana que destina um novo corpo para aqueles que receberão uma nova vida na terra (LOPES, 1987, p.45)

Umbanda tem suas referências com as religiões de matriz africana mescladas com o Kardecismo. Essa mesclagem, e determinada aceitação social da Umbanda resulta da assimilação de grupos de classe média, com forte presença de pessoas brancas, enquanto os candomblés, com sua maioria negra, são demonizados (NASCIMENTO, 2010, p. 936).

Deslocando do espaço das religiões e transpondo para expressões culturais, destacam-se aqui as formas que representavam/representam o campo da cultura da população negra. Na estética, nos símbolos, no teatro, na dança, no cinema, na música, na literatura, na culinária, etc. Ao contrário do que se pode imaginar, estas representações dizem muito mais sobre a organização, expressividade e resistência do negro na cultura brasileira, do que reduzidas como um conjunto de símbolos de um povo, isolando-as nos moldes da cultura-popular e do folclore, distanciando suas representações da luta contra o racismo. Algumas, fruto da diáspora africana, outras, reflexo da reorganização no contexto nacional. De acordo com Lopes (1987, p. 70) ao referenciar o filósofo africano Ola Balogun, não há dúvidas

de que a arte, tal como se apresenta num dado grupo social, através do canto, da dança, da música, da escultura, da pintura, dos mitos, permite definir a sua cultura e contribuí, ao mesmo tempo, para lhe dar sentimento de identidade e capacidade de agir enquanto grupo. As artes se constituem nas crenças, esperanças, preocupações e aspirações de uma dada sociedade, sendo veículo de comunicação e coesão (LOPES, 1987, p. 70).

Recorrer a estas expressividades históricas, é considerar os meandros em que a sociedade brasileira enxergava tal cultura. A representação do negro no cinema e na mídia no geral, por exemplo, o estereotipava, e ainda o faz, muitas vezes em categorias animais, ou em outras que essencializa o negro com marcadores fixos, a maioria revela o racismo impregnado nas estruturas sociais do Brasil.

Ademais, destaca-se o hip-hop como importante movimento cultural, que nas conceitualizações do próximo capítulo estará relacionado ao conceito de decolonialidade. Antes, o hip-hop traduz a cultura da periferia, exteriorizado na música, na dança uma das expressividades do negro. Sobre isso, Petrônio Domingues (2007) destaca como tal expressividade estaria ligada a um movimento social deste milênio, para o autor

Trata-se de um movimento cultural inovador, o qual vem adquirindo uma crescente dimensão nacional; é um movimento popular, que fala a linguagem da periferia, rompendo com o discurso vanguardista das entidades negras tradicionais. Além disso, o *hip-hop* expressa a rebeldia da juventude afrodescendente, tendendo a modificar o perfil dos ativistas do movimento negro; seus adeptos procuram resgatar a autoestima do negro, com campanhas do tipo: *Negro Sim!*, *Negro 100%*, bem como difundem o estilo sonoro *rap*, música cujas letras de protesto combinam denúncia racial e social, costurando, assim, a aliança do protagonismo negro com outros setores marginalizados da sociedade. E para se diferenciar do movimento negro tradicional, seus adeptos estão, cada vez mais, substituindo o uso do termo *negro* pelo *preto*. (DOMINGUES, 2007, p. 119; 120)

Contudo, ainda que apresentado alguns aspectos das histórias de lutas e resistências das significativas populações de origem africana no Brasil e das suas expressividades culturais diversas, para que possamos ao fim analisar o estado da arte do problema de pesquisa e da hipótese construída nesse estudo passaremos a seguir para conhecimento acerca da Política Cultural, buscando identificar o histórico da ação estatal e as conceitualizações.

### **3 POLÍTICA CULTURAL: HISTÓRICO DA AÇÃO ESTATAL E CONCEITUALIZAÇÕES**

#### **3.1 Histórico da Ação Estatal**

Traçar uma linha histórica acerca do que é a política cultural no Brasil requer o entendimento da relação do Estado brasileiro com as dimensões políticas, econômicas sociais e culturais da historicidade da nação. Como também a necessidade de recorrer aos estudos culturais para compreender a dimensão do conceito de política cultural nesse campo e a sua inserção enquanto força da ação política.

Para tanto, é importante revisitar o Brasil colônia até o presente momento buscando uma percepção da construção histórica da política cultural no Brasil, esse movimento não tem intenção de afirmar que a cultura no Brasil se percebe apenas no contato com os portugueses, muito pelo contrário, cultura aqui já havia. O que se pretende é denotar que no período do Brasil Colônia o campo cultural não foi estruturado do ponto de vista da ação política, e muito menos difundido para a população.

Como Barbalho (2013, p.13), na seção “Política Cultural” da Coleção “Política e Gestão Culturais” destaca, os “primeiros e tímidos ensaios de iniciativa pública na promoção cultural ganharam impulso com a chegada da Corte.” Nesse período algumas instituições foram surgindo com o objetivo de dar atenção à produção simbólica da Coroa, tal produção restrita e limitada ao ciclo da Corte e aos intelectuais europeus que viviam no Brasil.

Quando Lia Calabre (2005) discute, no livro “Políticas culturais: diálogo indispensável”, os conjuntos das ações que perpassam as esferas da cultura política e da política cultural no Estado brasileiro, ela define política pública de cultura como “um conjunto de ordenado e coerente de preceitos e objetivos que orientam linhas de ações públicas mais imediatas no campo da cultura”.

O traçado histórico que será descrito a partir das próximas linhas é desenvolvido com a perspectiva de apresentar os momentos e ações da área da cultura que se fizeram presentes no território brasileiro, e tiveram maior destaque de no desenvolvimento do campo da cultura. Neste caso, a apresentação do referido traçado conta a partir do governo de Getúlio Vargas até o governo da presidenta Dilma. O propósito é demonstrar os períodos das ações estatais e dos distintos planos de governos no campo da cultura para que possa servir de plano de fundo para a discussão da qual este trabalho se dedica, a formação de uma política nacional de cultura



tendo os movimentos negros organizados, e a cultura da população negra como centrais em seu desenvolvimento.

**1930 – 1945:** Era Vargas. Período em que o campo da cultura começa a ser moldado no âmbito das políticas governamentais. Destaca-se neste intervalo a valorização do patrimônio material e a sua preservação, ao se estabelecer o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), além da instauração de instituições culturais com caráter educacional, como, por exemplo do Instituto Nacional de Cinema Educativo (Ince) e do Instituto Nacional do Livro (INL), ambos inaugurados em 1937.

Ainda sobre a gestão de Vargas, cria-se no ano de 1938 o Conselho Nacional de Cultura, outro instrumento do campo da cultura relevante para o entendimento da construção dessa área no Brasil.

**1945 – 1964:** Neste intervalo da história brasileira, a política cultural ficou a cargo do setor privado, e no ano de 1953 o Ministério da Saúde e Educação foi desmembrado, passando a se ter o Ministério da Saúde (MS) e o Ministério da Educação e Cultura (MEC). Poucas ações do Estado foram observadas neste período. Já na década de 1960 os militares transformam o Conselho Nacional de Cultura em Conselho Federal de Cultura com a intenção de abordar à política nacional e construir planos nacionais.

**1964 – 1985:** Momento da história marcado por forte repressão estatal. A censura é refletida no campo da cultura, assim como em outras áreas de atuação do Estado. Contudo, contrário aos primeiros momentos do período anterior, o Estado intervém expressivamente no campo da cultura, inclusive percebe a cultura como substantiva para a garantia da nacionalidade.

Este recorte temporal é de extrema importância, pois as políticas aqui percebidas são distintas de acordo com a atuação dos diferentes governantes que assumiram a presidência do país.

Seguindo o que a autora Lia Calabre (2005, p. 11-12) destaca, apesar de ter surgido, no governo Castelo Branco, o debate em torno da construção de uma política nacional de cultura, não se registra avanços na sua prática. Mesmo com a criação, em 1966, do Conselho Federal de Cultura(CFC) os planos de cultura apresentados ao governo não foram postos em prática. No mesmo ano, o Instituto Nacional de Cinema (INC) foi implantado, incorporando o Instituto Nacional de Cinema Educativo à sua estrutura. Consequente, na gestão do presidente Médici (1969 - 1974), as políticas culturais estavam voltadas para os eventos culturais patrocinados pelo Plano de Ação Cultural (PAC).

Já no Governo Geisel (1974 – 1978), novas instituições são criadas: o Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA), o Conselho Nacional de Cinema, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e Fundação Nacional de Arte (Funarte). O autor Sérgio Miceli (1984, p. 57), traduz que na história republicana foi a única vez que a cultura estava entre as metas da política de desenvolvimento social. No ano de 1976, além do lançamento do Plano Nacional de Cultura (PNC), acontece em Salvador o Encontro Nacional de Cultura com objetivo de implantar o alicerce de uma política integrada de cultura (CALABRE, 2005, p.13).

Cabe ressaltar alguns outros acontecimentos para o campo da cultura no Governo Geisel, com objetivo de ter o “controle sobre o processo cultural”, tanto que algumas ações tiveram sua confecção fora dos limites do MEC, uma delas foi a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), uma parceria entre a Secretaria de Planejamento, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Indústria e do Comércio, a Universidade de Brasília e a Fundação Cultural do Distrito Federal. Parceria, esta, com a finalidade de manejar áreas da cultura, como, por exemplo a da atividade artesanal (CALABRE, 2005, p.14).

Posterior ao governo acima citado, e anterior ao Governo Sarney, o que mais se destaca no campo da cultura é o fortalecimento de algumas instituições, como exemplo do Departamento de Assuntos Culturais, da Secretaria de Assuntos Culturais e da Secretaria de Cultura. Nesse período, também, a discussão sobre a criação do Ministério da Cultura se acentua juntamente com os conflitos que circulavam em torno da autonomia e do reconhecimento do campo da Cultura, por um lado, e do enfraquecimento político e econômico, do outro, caso a cultura saísse do Ministério da Educação. (MICELI, 1984, p. 59-60)

Em 1985, no Governo Sarney (1985 – 1990), o MinC é criado, contudo, acontece o que o grupo não favorável à criação do ministério temia, a falta de orçamento para a área da cultura, o que, no propósito de conseguir novas fontes de investimento, leva o então presidente criar a Lei 7.505 de 02 de julho de 1986, conhecida também como Lei Sarney, e que no período de execução sofreu grandes críticas, o que ocasionou a sua extinção em 1990 (CALABRE, 2005, p.16).

No período do Governo Sarney é que surge a Fundação Cultural Palmares, por meio da lei n.º 7.668 de 22 de agosto de 1988 com a finalidade de promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira (BRASIL, 1988).

O processo de institucionalização das políticas culturais, já havia, até momento, passado por diversas etapas que impediam sua sustentação. O período governado pelo presidente Fernando Collor foi um dos que alterou de maneira drástica a estrutura das ações

governamentais de cultura, a extinção de vários órgãos da administração federal, incluindo, principalmente os do campo da cultura, tais como: Funarte, Pró-memória, Fundacen, FCB, Pró-Leitura e Embrafilme. Sem contar com a extinção do próprio Ministério da Cultura em 1991. Em substituição a lei de incentivo do ex-presidente José Sarney, Collor, instituiu em 1991 a lei nº 8.313 que lança o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) (CALABRE, 2005, p. 16).

Com o impeachment de Fernando Collor, o ministério foi recriado no ano seguinte à sua extinção, em 1992, pelo presidente Itamar Franco. Ademais, outros órgãos extintos na gestão Collor, retornaram para compor, junto ao Ministério da Cultura a sua estrutura.

Posterior ao período acima, o Ministério da Cultura, sob a gestão de Francisco Weffort, ministro do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), foi responsável por gerir as leis de incentivo fiscal, a Lei Rouanet e a Lei do Audiovisual. Nesse momento o campo da cultura contava com pouca participação dos investimentos públicos, o que fazia com que a iniciativa privada assumisse “*a responsabilidade de decisão sobre os rumos da produção cultural*” (CALABRE, 2005, p. 17).

Segundo pesquisa sistematizada pelo IPEA no livro “Políticas Públicas Culturais: a voz dos gestores” o governo Lula (2003 – 2011) traz uma nova estrutura da ação estatal para a área da cultura. Nesse momento, o MinC ganhava arranjo de órgão responsável por planejar, coordenar e avaliar as políticas públicas de cultura, ou seja, além de executar os programas sociais que já vinham sendo executado, o MinC adquiria esta nova roupagem que soma na concepção de uma política cultural democrática (SILVA; MIDDLEJ, 2011, p. 24).

O Governo Lula foi marcado pelas conferências de cultura, objeto de análise deste trabalho, e nos fornece uma perspectiva de cultura democrática. Aqui pode-se perceber a estratégia de cultura cívica no campo da cultura, a I Conferência Nacional de Cultura foi sistematizada nesta perspectiva de garantir a participação social na construção em todas as esferas do Executivo.

O MinC, neste período, foi consolidando-se a partir da necessidade de garantir o fortalecimento institucional da cultura, e teve como primeiro ministro Gilberto Gil que na apresentação da I Conferência Nacional de Cultura menciona a importância do Sistema Nacional de Cultura para a capilaridade das culturas regionais do Brasil. É partir da I Conferência Nacional de Cultura de 2005 que o Plano Nacional de Cultura já começa a ser desenhado para implementação em 2010, e que a discussão em torno do Sistema Nacional de Cultura é notória para estabelecimento do campo da cultura a partir de uma política nacional de cultura (MINC, 2007).

Mesmo com a continuidade da execução das leis de Incentivo, e do cenário que coloca em roga as prerrogativas de um campo da cultura participativo é relevante mencionar, ainda segundo Silva e Midlej (2011), quando trata das iniciativas do governo Lula para a construção da política Nacional de Cultura, coloca-se em destaque que:

Muitos são os problemas que se configuram para a devida implementação desses dispositivos, que poderão levar a configurar a política nacional de cultura. Entre eles está o funcionamento cada vez mais efetivo do CNPC. Entretanto, em meio às diversas dificuldades, a estratégia do MinC tem sido realizar uma espécie de constitucionalização da questão cultural, o que redimensiona e ressignifica a cultura e o seu papel no conjunto das políticas, a transformando em valor e recurso para o desenvolvimento social (SILVA; MIDDLEJ, 2011, p. 24).

O quadro da institucionalização da Cultura no Brasil, encontra nas Conferências de Cultura a ampliação da participação social no contexto das políticas públicas, e nesse sentido para que as discussões oficializadas como proposta se inscrevam como resultado da interação participativa e deliberativa entre governo e sociedade civil e se materialize na ponta como política pública é necessário que se tenha instrumentos da ação pública para consecução da política. Os editais do MinC e da Fundação Palmares são assumidos aqui como instrumentos da ação pública que incute nas suas implementações os reflexos da concretização da política, na construção da metodologia deste trabalho, e na análise das Conferências.

Passando para o governo Dilma, a estruturação do campo da cultura já se sustenta com base nos arranjos anteriores, isto é, a lógica de construção de políticas públicas onde é primado a participação social tem continuidade com o mandato da Presidenta do Partido dos Trabalhadores.

Contudo, como destaca Rubim (2015, p.18) o governo em questão, ainda que prosseguisse nas práticas dos mandatos anteriores do partido dos trabalhadores, passou pela “dramática convivência de continuidades e rupturas”. Apesar da nacionalização que tem grande impulso, já no governo Lula, as dificuldades enfrentadas para sustentar e dar continuidade nos processos de nacionalização da cultura foi um dos principais limites enfrentado pela gestão da presidenta. O SNC e o programa Cultura Viva representaram o terreno para a garantia da nacionalização da cultura, contudo, impasses de gestão e administrativos, como problemas na prestação de contas dos programas do Programa Cultura Viva, impuseram contradições frente à relação democratizante com os grupos, antes excluídos (RUBIM, 2015 p. 25).

### 3.2 Conceitualização da Política Cultural

Recorrer a uma definição do que é política cultural é, antes de qualquer coisa, conceber a importância da relação entre política e cultura, é reportar o entendimento do papel do Estado como agente impulsionador e valorizador da cultura como direito, mas não somente. Inicialmente, o fato dos conceitos política e cultura serem amplos, reverbera a complexidade de definição de política cultural. Autores dividem-se, não no sentido de apresentar conceitos extremamente antagônicos, e sim na intenção de elaborar perspectivas teóricas, acerca do campo da política cultural, que consiga abarcar um conjunto maior de referências para explicação do conceito.

Quando se trata da atuação do Estado no campo da cultura, a discussão teórica em torno do conceito “política cultural” perpassa seguimentos de modelos políticos distintos. Ao considerar a ressalva descrita por Canclini (1999) sobre a escassa literatura das políticas culturais urbanas — é oportuno considerar aqui a abrangência das políticas culturais num sentido global — o autor apresenta o entendimento destas políticas a partir da cultura elitista e da cultura popular (CANCLINI, 1999, p. 125 – 126).

Considerando a ideia apresentada por Canclini, os autores Lima, Ortellado e Souza (2013 p. 3) ao referenciar o autor Ezequiel Ander-Egg que trata no livro *“Política cultural a nível municipal”*, das políticas culturais descritas a partir da democratização cultural e da democracia cultural. A primeira diz respeito à ampliação ao acesso às políticas culturais, ou seja, trata da difusão da cultura na esfera estatal. Enquanto a segunda consiste na incorporação do modelo participativo de construção das políticas culturais.

Da conceitualização das políticas culturais a partir da democratização da cultura é notável na literatura a tradução da difusão e popularização da alta cultura, ou seja, da cultura elitista, que tem como espaço de efetivação as arenas privilegiadas da sociedade. Já o paradigma da democracia cultural promove a participação popular e certa organização autogerida das atividades culturais e políticas (CANCLINI, 1987, p. 27).

O artigo *“O que são as políticas culturais? Uma revisão crítica das modalidades de atuação do estado no campo da cultura”* escrito por Lima, Ortellado e Souza (2013) resume de forma significativa a noção desses dois paradigmas que envolvem democracia e cultura marcada por dois períodos específicos: o primeiro a partir do pós Segunda-Guerra até meados dos anos 1960, e o segundo marcado desse último momento até a chegada do neoliberalismo. O argumento foi construído e consubstancializado com base na citação referente a Volkerling:

O primeiro período seria caracterizado pela adoção de políticas que buscavam universalizar a cultura das classes ilustradas. Essas políticas seriam caracterizadas pela crença de que a alta cultura era um bem público para o qual seria necessário oferecer acesso universal, no escopo dos direitos garantidos pelo Estado de Bem Estar Social. O segundo período se caracterizaria por uma crítica ao elitismo dessa primeira etapa [...] buscavam dar subsídio e acesso a diferentes manifestações culturais no espírito de uma sociedade plural e diversa. Não se trataria mais de dar apoio apenas à cultura de uma determinada classe, mas de distribuir os recursos de apoio estatal para as diferentes modalidades de produção cultural de uma sociedade multicultural. (LIMA, ORTELLADO, SOUZA, 2013, p. 4)

As definições epistemológicas do termo “política cultural”, ao considerar o contexto da ação do Estado como central, são bases para a compreensão ampliada da dimensão política do campo da cultura. Contudo, nesta definição, há antes dos paradigmas apresentados (produção e difusão) outros aspectos e modalidades políticas a serem considerados no contexto de definição do termo. As políticas de identidade e patrimônio fazem parte do conjunto das ações do Estado antes dos paradigmas já definidos, e são elas norteadoras da construção de identidade nacional (LIMA, ORTELLADO, SOUZA, 2013, p. 6).

Além de considerar tais modalidades políticas, é relevante ressaltar que as políticas culturais de identidade nacional sofreram críticas por sustentar, inicialmente, apenas o viés de preservação do patrimônio material, por isso as políticas de reconhecimento da diversidade fundamentam-se no sentido de olhar para a diversidade das comunidades que compõe o Estado nacional ((LIMA, ORTELLADO, SOUZA, 2013, p. 7).

A autora e os autores que fazem parte da citação do parágrafo acima, ainda apresentam outros dois vieses da política cultural que também antecedem as modalidades das políticas da democratização da cultura e da democracia cultural, que são as políticas de intervenção e regulação econômica do setor cultural. Sendo assim, elas estão divididas em duas modalidades, uma das políticas de proteção à indústria cultural nacional e outra das políticas de economia criativa ((LIMA, ORTELLADO, SOUZA, 2013, p. 9).

Toda esta sistematização é resumida por meio do Quadro 1 que Lima, Ortellado e Souza (2013, p.10) intitulam por tipologia histórica das políticas culturais.

**Quadro 1 – Sistematização histórica das políticas culturais.**

<b>Modalidade de política</b>	<b>Conceito de cultura</b>	<b>Objetivo da política</b>	<b>Instrumentos de intervenção</b>
<i>Políticas de primeira geração: consolidação da identidade e preservação do patrimônio</i>			
Políticas de identidade nacional	Cultura como identidade nacional	Consolidar a identidade nacional e preservar o patrimônio	Museus históricos nacionais, monumentos cívicos, missões

			folclóricas de resgate da cultura nacional
Políticas de reconhecimento da diversidade	Cultura como diversidade identitária	Reconhecer a diversidade das comunidades que integram o Estado nacional	Museus étnicos, patrimônio imaterial
<i>Políticas de segunda geração: intervenção e regulação econômica do setor cultural</i>			
Políticas de proteção à indústria cultural nacional	Cultura como conjunto de bens simbólicos que podem ser reproduzidos serialmente	Diminuir o impacto (cultural/ econômico) da indústria cultural estrangeira e fortalecer a indústria nacional	Cotas cinematográficas, estímulo fiscal à produção de conteúdo nacional
Políticas de economia criativa	Cultura como setor de atividade econômica	Fomentar o setor econômico criativo	Incentivo aos setores criativos, formação de <i>clusters</i> , cidades criativas
<i>Políticas de terceira geração: difusão e produção cultural</i>			
Políticas de democratização da cultura	Cultura como belas artes	Ampliar o acesso à cultura consagrada	Centros culturais orientados à difusão, orquestras públicas com entradas subsidiadas
Políticas de democracia cultural	Cultura como modo de vida	Apoiar a produção simbólica dos diversos segmentos sociais	Fomento à cultura popular e comunitária

Fonte: LIMA, ORTELLADO, SOUZA (2013)

A metodologia para construção da tabela acima, segue na lógica de apresentar a ação do Estado no campo da cultura, e como os autores que a construíram já afirmam, a sua concepção é mais num sentido lógico que cronológico e que uma modalidade de política cultural não exclui a outra, pelo contrário, elas são cooptadas pela ação estatal mais num sentido cumulativo (LIMA, ORTELLADO, SOUZA, 2013, p. 10).

Entendendo a organização descrita, cabe elucidar que não significa que esta estrutura não esteve/está sujeita a críticas e ressignificações, mesmo sendo somadas à dinâmica das políticas de Estado, principalmente pela valorização na agenda política, visto que, ainda que a pasta da cultura seja pouco valorizada em termos de orçamento, algumas de suas temáticas são mais priorizadas que outras.

Amiúde, destaca-se que além das políticas culturais respaldadas nos paradigmas da democratização da cultura e da democracia cultural, existem outras modalidades políticas, como as que foram apresentadas, e que fazem parte do conjunto da ação do Estado. Estas são responsáveis por demonstrar as dimensões das políticas culturais, ao traduzirem as suas interações com a tomada de decisão do poder público na construção da política nacional de cultura. As políticas de democracia cultural e de identidade nacional ampliam as interpretações acerca do campo da política cultural, assim como servem de interpretação analítica da inter-relação dos estudos culturais, a perspectiva decoloniais e a categoria raça.

### **3.3 Decolonialidade, cultura negra, identidade nacional e democracia cultural**

São expressivas as formas como o colonialismo silenciou os corpos negros, e como estas maneiras de silenciamento perpetuam-se e se reproduzem nas estruturas pós-coloniais. A autora Grada Kilomba (2017) trata de uma máscara que era posta na boca dos escravos para representar, no não falar, uma das formas de emudecimento das quais eles estavam submetidos. Deste modo, é que no tocante das representativas condutas de silenciamento, encontramos na citada acima, a estratégia de representar, por meio do silêncio, da mudez, do não falar, o negro enquanto o ‘Outro’ construído a partir prática do calar do branco. “O ‘Outro’ torna-se então a representação mental do que o sujeito branco teme reconhecer sobre si mesmo, neste caso: o ladrão/a ladra violento(a), o(a) bandido(a) indolente e malicioso(a)” (KILOMBA, 2016, p. 174).

O projeto do colonialismo esteve intimamente ligado à concepção de formação dos Estados-nação, e segundo Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016, p.17) “o colonialismo foi a condição *sine qua non* de formação não apenas da Europa, mas da própria modernidade”.

Com relação a este projeto, quando Quijano (2005) teoriza acerca da questão nacional dos países da América Latina, na abordagem da colonialidade do poder<sup>3</sup> ele caracteriza como trágico o caminho no qual os países latino-americanos foram conduzidos, tal caminho baseado

---

<sup>3</sup> O referido conceito é explicado em torno da classificação racial e do trabalho, onde Quijano (2005) dispõe sobre o trabalho pago como, contexto da dominação colonial, ser privilégio dos brancos.



na dominação eurocêntrica. Para condensar este problema da questão nacional, o autor afirma que:

Um Estado-nação é uma espécie de sociedade individualizada entre as demais. Por isso, entre seus membros pode ser sentida como identidade. Porém, toda sociedade é uma estrutura de poder. É o poder aquilo que articula formas de existência social dispersas e diversas numa totalidade única, uma sociedade. Toda estrutura de poder é sempre, parcial ou totalmente, a imposição de alguns, frequentemente certo grupo, sobre os demais. Consequentemente, todo Estado-nação possível é uma estrutura de poder, do mesmo modo que é produto do poder. Em outros termos, do modo como foram configuradas as disputas pelo controle do trabalho, seus recursos e produtos; do sexo, seus recursos e produtos; da autoridade e de sua violência específica; da intersubjetividade e do conhecimento (QUIJANO, 2005, p. 130).

No Brasil, somado a política de embranquecimento, o mito da “democracia racial” é o alicerce que alinha a formação do Estado-nação, assim, a sua construção foi baseada na ideologia de que no país não existe racismo, e a identidade construída tem, de acordo com Quijano (2005), relação direta com a dependência capitalista que as elites brancas do Brasil tinham com as elites brancas da Europa e dos Estados Unidos.

Acerca da “democracia racial” é contundente considerar a sua construção cultural no contexto de formação do Estado-nação:

“Devemos compreender "democracia racial" como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas eficazmente institucionalizado nos níveis oficiais de governo assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país. Da classificação grosseira dos negros como selvagens e inferiores, ao enaltecimento das virtudes da mistura de sangue como tentativa de erradicação da "mancha negra"; da operatividade do "sincretismo" religioso; à abolição legal da questão negra através da Lei de Segurança Nacional e da omissão censitária- manipulando todos esses métodos e recursos - a história não oficial do Brasil registra o longo e antigo genocídio que se vem perpetrando contra o afro-brasileiro. Monstruosa máquina ironicamente designada "democracia racial" que só concede aos negros um único "privilegio": aquele de se tornarem brancos, por dentro e por fora. A palavra - senha desse imperialismo da brancura, e do capitalismo que lhe é inerente, responde a apelidos bastardos como assimilação, aculturação, miscegenação; mas sabemos que embaixo da superfície teórica permanece intocada a crença na inferioridade do africano e seus descendentes” (NASCIMENTO, 1978, p. 93).

Assim sendo, o projeto forjado de Brasil, enquanto Estado-nação, tem como base a supremacia eurocêntrica em torno da colonialidade do poder, e dessa forma, o arranjo instaurado na questão nacional, desconhece enquanto desenho de Estado a real cidadania dos negros. Isso não diminui as políticas afirmativas que alguns governos mais progressistas implementaram no país, muito menos evoca uma identidade etnocêntrica e uma unidade nacional.

Nesse entendimento, faz-se importante recorrer ao projeto decolonial, no qual os sujeitos coloniais estão posicionados nas fronteiras da modernidade, e estas fronteiras, de acordo com o que descrevem os autores Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016, p. 18) são

“marcadas pela diferença colonial, que atua a colonialidade do poder, bem como é dessas fronteiras que pode emergir o pensamento de fronteira como projeto decolonial”.

Os autores, acima citados, destacam uma diferença entre o projeto decolonial e as teorias pós-coloniais, ao caracterizarem que as teorias pós-coloniais:

[...] tematizam a fronteira ou o entrelugar como espaço que rompe com os binarismos, isto é, onde se percebe os limites das ideias que pressupõem essências pré-estabelecidas e fixas. Na perspectiva do projeto decolonial, as fronteiras não são somente este espaço onde as diferenças são reinventadas, são também *loci* enunciativos de onde são formulados conhecimentos a partir das perspectivas, cosmovisões ou experiências dos sujeitos subalternos. O que está implícito nessa afirmação é uma conexão entre o lugar e o pensamento (BERNARDINO-COSTA, GROSFUGUEL, 2016, p. 19).

A partir desta diferença, cabe destacar que este trabalho, compreende a construção da cultura negra no Brasil como enunciada nesta lógica da fronteira, então, assim como a produção do conhecimento, a cultura da população negra, além de ser o espaço de reconstrução das diferenças, é entendida como local de fronteira onde a sua construção é estabelecida.

De acordo com os autores Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016), atentando-se a este local de margem/fronteira, o projeto da decolonialidade reconhece a dominação colonial que se estabelece tanto nas estruturas internas — a de considerar a concepção de colonialismo interno — quanto nas relações de dominação externa. Desse modo, tratando das relações de dominação estabelecidas nas fronteiras é certo que a materialidade dessa dominação se expressa no campo da cultura, também.

Ao considerar o terreno da dominação colonial, ganha visibilidade para o entendimento da cultura transnacional da população negra, a representação da diáspora africana, que destaca sua influência no entendimento de identidade cultural, ao transgredir a marca de identidade construída a partir dos Estados-nação modernos.

Além da proposta decolonial de construção da cultura da população negra no local de fronteira, é relevante trabalhar o conceito de diáspora de que trata Gilroy (2001), pois o mesmo remete a compreensão da identidade cultural a partir das experiências do Atlântico Negro - entendido aqui como mecanismo de desterritorialização da cultura, ou seja, rompe com o ideário de cultura nacional. Desse modo, enfatiza-se que a proposição de cultura a partir da diáspora está relacionada com o projeto decolonial.

Explanando as abordagens de Gilroy (2001) destaca-se que com relação à diáspora, o autor a define como a herança do processo de deslocamento — a retirada dos negros de suas terras — e que a partir deste deslocamento é que histórias narradas como pano de fundo do Atlântico Negro começam a circunscrever uma cultura negra transcultural. O conceito da

diáspora é que “ativamente perturba a mecânica cultural e histórica de pertencimento” (GILROY, 2001, p. 18).

O Atlântico Negro representa, na sua história o cenário explicativo dessa cultura, pois ele é descrito como:

um sistema vivo, microcultural e micropolítico em movimento – é particularmente importante por razões históricas e teóricas [...] Os navios imediatamente concentram a atenção na *Middle Passage* [passagem do meio], nos vários projetos de retorno redentor para uma terra natal africana, na circulação de ideias e ativistas, bem como no movimento de artefatos culturais e políticos chave: panfletos, livros, registros fonográficos e coros. 2 [...] a história do Atlântico negro, constantemente zigzagueado pelos movimentos de povos negros – não só como mercadorias mais engajados em várias lutas de emancipação, autonomia e cidadania –, propicia um meio para reexaminar os problemas de nacionalidade, posicionamento [*location*], identidade e memória histórica (GILROY, 2001, p. 38; 59).

Ainda que o contexto de nacionalidade abordado pelo o autor referido acima trabalha, seja o contexto do Reino Unido, a diáspora está presente também no Brasil, pois, ela é adquirida a partir do trânsito dos negros escravizados para os países coloniais.

Por mais que o objetivo deste trabalho consiste em analisar as políticas culturais em torno da produção de políticas públicas no cenário da ação estatal brasileira, este subcapítulo conjectura uma explanação ampliada e crítica do modelo de produção cultural nacional, e amplia em “favor de uma política global e de coalizão na qual anti-imperialismo e antirracismo poderiam ser vistos em interação, se não em fusão” (GILROY, 2001, p. 37).

Por isso que, trabalhar todo o histórico da influência negra na cultura brasileira não significa, neste trabalho, requerer uma identidade única para o Brasil a partir da cultura negra, e sim mostrar o apagamento dos negros no Brasil, e principalmente, abordar a construção do Estado em torno da política colonial.

Ao tratar, neste capítulo, das políticas de identidade e patrimônio, e o fato de elas estarem presentes na formação dos Estados modernos, traduzem a forma como estas foram inseridas na construção da categoria comunidade, comunidade essa marcada pela racialização. Nesse sentido, é prudente referenciar mais uma vez a autora Grada Kilomba (2017) quando trata do silenciamento, retomando essa ideia a partir do recorrer ao não falar, não que na construção do Estado brasileiro os negros não falassem, verdade que isso ocorria, mas sim que os brancos não ouviam, e o não ouvir é silenciar, também, e legítima criar uma identidade privilegiada da branquitude no contexto do Estado-nação.

## 4 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Quanto aos objetivos trata-se de uma pesquisa exploratória que tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007). Essa pesquisa pode ser classificada como pesquisa bibliográfica, pois:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Além da sua compreensão enquanto pesquisa bibliográfica este trabalho é evidenciado pela metodologia de análise documental, ainda que às vezes possa ser confundida com a anterior. Por isso é importante destacar que:

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Quanto à abordagem o presente estudo lançou mão da pesquisa qualitativa, ao explorar a constituição da relevância da cultura do povo negro para a Política Nacional de Cultura, na apreensão das Conferências Nacionais de Cultura, considerando-as fontes de documento público, assim como os editais da Fundação Palmares e do MinC, estes (Conferências e editais) estruturados enquanto instrumentos da ação pública. Entende-se que na pesquisa qualitativa:

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens. Na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (DESLAURIERS, 1991, p. 58).

Ao compreender os blocos constitutivos dessa abordagem, parti dos domínios substantivo, metodológico e conceitual. Como parte do domínio substantivo considero as respostas às seguintes questões: Qual é o objeto estudado? Por que é relevante estudar esse problema? Qual é o histórico? Qual é a situação atual? Como estão representados nas políticas públicas? O que, como e por quê? Já exploradas no decorrer dos capítulos anteriores. Assim o domínio conceitual está estruturado com a finalidade de buscar entender, por meio da pesquisa bibliográfica, pesquisando artigos e estudos acerca da Política Cultural, a relação com construção da identidade nacional e das políticas da democracia cultural, para assim confrontar se há esta invisibilidade ou negação da constituição racial da origem negra no Brasil e do apagamento que os negros enquanto um “não ser” estão sujeitos.

No domínio conceitual este trabalho propositou em construir um quadro de conceitos, ao identificar as abordagens que surgiram nas leituras e nos conceitos. O conceito de Política cultural, a considerar o conjunto de seus significados nos estudos culturais, correspondeu aqui na comparação e definição das suas abordagens para que assim, juntamente com análise do domínio metodológico, construísse o conjunto das traduções culturais da população negra para a formação da Política Cultural do Brasil. Ressalta que no campo dos estudos culturais foi adotado uma postura, no que concerne à bibliografia, contra hegemônica a partir da perspectiva de identidade nacional e da democracia da cultura.

E no domínio metodológico, a escolha feita pelas técnicas para coletar dados partiu de fontes como Documentos oficiais, legislação e os sites do Ministério da Cultura e Fundação Palmares. Bem como, no que diz respeito à análise de dados, da análise Documental de acontecimentos ou fatos históricos, perspectivas subjetivas, construção social da realidade: o que revelam e o que ocultam, qualidade da informação, diversidade de fontes, intersecções, Ligações, desconstrução, reconstrução, cruzamentos.

Quanto à natureza, segundo Gil (2007) trata-se de uma pesquisa aplicada que objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais, pois se trata de um estudo dirigido à apreensão da invisibilidade ou negação da cultura negra na construção da identidade nacional, refletida na negligência do Estado na elaboração da Política Cultural.

Enquanto campo de investigação este estudo dialoga com a área dos Estudos Culturais, a partir de algumas categorias relevantes para apreensão explicativa das políticas públicas de cultura aqui abordadas. O diálogo permanente com as categorias do campo cultural já abordadas no capítulo anterior, permite assimilar a consecução das políticas culturais.

#### 4.1 **Instrumentação da Ação Pública: As Conferências e os Editais.**

A Política Nacional de Cultura foi determinada historicamente no processo de institucionalização da cultura. Assim, para que este campo estivesse, do ponto de vista da gestão estatal, minimamente estruturado foram constituídas as Conferências Nacionais de Cultura. É então, a partir disso, que este trabalho organiza a análise da Política Cultural com base no produto das Conferências de Cultura, dos editais da Fundação Palmares e do MinC e do Plano Nacional de Cultura, ao compreender estas categorias como sendo instrumentação da ação pública, ou seja, são eles, como discorre Lascoumes e Le Galès (2012), dispositivos técnicos e sociais, e corresponde a um entendimento muito mais complexo dos instrumentos do que somente considera-los dispositivos meramente técnicos. Sobre instrumento da ação pública, os autores o consideram: “um dispositivo técnico com vocação genérica portador de uma concepção concreta da relação política/sociedade e sustentado por uma concepção da regulação” (LASCOUMES E LE GALÈS, 2012b, p. 22).

Sobre este aspecto, antes de contextualizar a caracterização das conferências e os editais enquanto instrumento de gestão da ação pública é importante recorrer a uma definição da ação pública. Lascoumes e Le Galès (2012a), fazem uma revisão acerca do entendimento ao termo política pública, apresentando autores com observações relevantes para a sua compreensão. Destacando que a expressão “política pública” tem sido abandonada e o termo “ação pública” tem ganhando roupagem de significação. Isto pelo fato de que, com o processo de mundialização estaria sendo incorporado à política pública as lógicas de “mercado, privatizações, parcerias públicos-privados ou métodos de gestão corporativa” (LASCOUMES E LE GALÈS, 2012a, p. 32).

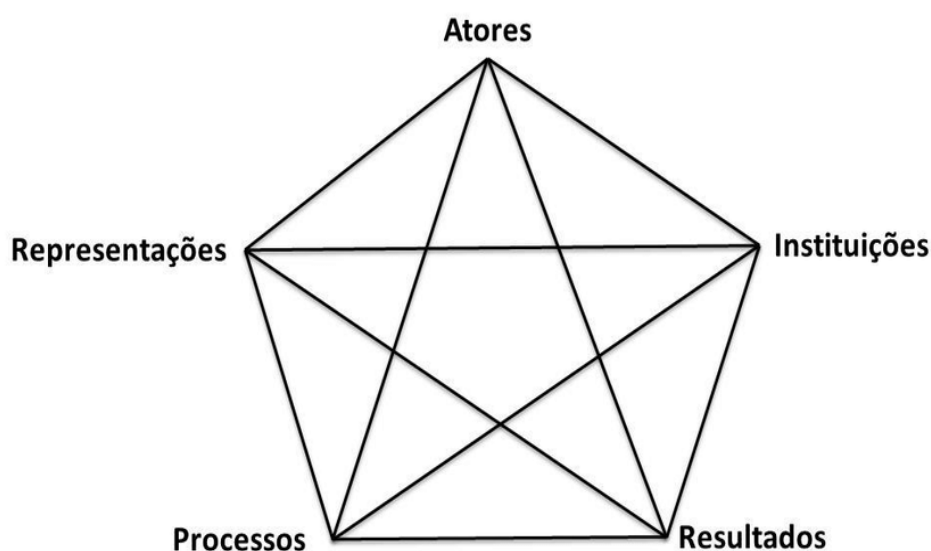
A respeito da definição de política pública a partir da revisão dos autores, destaca-se aqui duas definições que melhor contemplam um entendimento mais acertado dada a sua complexidade — não no sentido de dificultoso, mas de amplitude. Utilizando-se da definição de E. Page (2006) que concebe a política pública considerando a combinação de quatro elementos, são eles: princípios, objetivos, medidas concretas e ações práticas — são estes que representarão a forma de conduzir os negócios públicos; as prioridades; as decisões e os instrumentos escolhidos; e como se comportam os atores responsáveis por colocar em prática as medidas estabelecidas, respectivamente. Na definição de Pierre Muller, apresentada pelos

autores, as políticas públicas são uma forma de institucionalização da divisão do trabalho governamental. (LASCOUMES E LE GALÈS, 2012a, p. 43).

Destas definições, para entender a escolha dos instrumentos aqui abordados, compreende-se que as políticas públicas são construídas a partir do terreno onde as complexidades político-sociais possam ganhar materialidade, a contar das infinitas relações estabelecidas com os atores e as instituições envolvidas.

Na abordagem das Conferências, assim como dos editais, o que se observa, a partir do ponto de vista dos estudos da ação pública, é a existências de “cinco elementos articulados entre si” e que compreende a política pública (LASCOUMES E LE GALÈS, 2012a, p. 45). Estes são representados por meio do “pentágono das políticas públicas”:

Figura 1- Pentágono das políticas públicas.



Fonte: LASCOUMES; LE GALÈS (2012)

O pentágono representa, para análise dos instrumentos, os fundamentos que sustentam as relações estabelecidas a partir das escolhas e interações que o Estado, juntamente com a sociedade civil, os grupos de interesses, entre outros atores envolvidos, assumem. Assim, verificando a metodologia de construção das Conferências Nacionais de Cultura, observa-se que quando os governos consideram a participação social como central na concepção das conferências, estes estão assumindo-as, no tocante da ação pública, como instituição da instrumentação, ou seja, as conferências são compreendidas como um tipo de “instituição social” que possui, na sua construção, técnicas e ferramentas previstas para a sua execução

(LASCOUMES E LE GALÈS, 2012b, p. 22). Cabe então considerar que, toda a construção das conferências perpassa pelos elementos do pentágono das políticas públicas.

Tal como as conferências, os editais concebidos a partir destas, também estão inseridos na concepção do pentágono das políticas públicas. São eles (os editais), as instituições que “governam as interações”, e para além de um recurso técnico, os editais são considerados um instrumento social não neutro, ou melhor, eles determinam como os atores comportam, repassam recursos para a consecução das políticas públicas, e assim orientam, na perspectiva de suas implementações, as relações entre sociedade e política (LASCOUMES E LE GALÈS, 2012b p. 21).

Quando Carmo (2016), no desenvolvimento da sua dissertação de mestrado, considera as concepções de Barbosa e Labrea, a respeito da ação pública, ela destaca que para os autores a “ação pública produz significações, pois, ao escolher financiar algo específico ou privilegiar um tema, diz-se algo sobre o sistema valorativo, as opções e as prioridades” (CARMO, 2016, p. 40). Consonante a isso, essas escolhas são materializadas nos instrumentos, onde “os atores coletivos públicos possuem características como poder de decisão, legitimidade institucional, compromisso com os interesses comuns, atribuições para fiscalizar os órgãos administrativos, promover licenciamentos, etc.” (LASCOUMES E LE GALÈS, 2012a p. 19).

Por isso, neste trabalho, a análise dos editais desenvolvidos pelo MinC e a Fundação Palmares tem foco, principalmente nas suas caracterizações, a considerar que ora alguns são específicos à cultura da população negra, ora pontuam, mas não como central, alguma ação que tenha referência à cultura negra.

Nas conferências, o foco central da análise, está no que foi proposto, ou seja, o que os delegados de cultura propuseram e tenha relação com a valorização da cultura da população negra, a considerar a metodologia que organizou as três conferências.

Como evidenciado no capítulo 3 quando, no processo de referenciação teórica, apresenta-se uma linha temporal de como o campo da política cultural foi manejado nos governos a partir de Getúlio Vargas até chegar no governo Dilma, esse levantamento é contextualizado no sentido de observarmos, não só como foi estruturada a política cultural, mas também, como as conferências se inseriram no cenário da ação Estatal. As conferências nacionais têm, segundo destaca Avritzer (2012, p.9), em alusão à Pogrebinschi, relevante influência nas políticas públicas para as minorias. Ainda que população negra no Brasil seja maioria em números de habitantes, ainda é uma minoria política.

Nesse sentido, as abordagens de unidades de análise e a de categorização das conferências a partir do ponto de vista da análise de conteúdo pode ser compreendida, segundo



Moraes (1999) como os métodos de unitarização e agrupamento dos dados a serem analisados. Assim sendo, esta pesquisa objetiva-se ter como unidade as moções e as propostas, ao sublinhar os momentos em que a cultura da população negra foi mencionada e o que foi proposto no relatório final, para assim ser possível verificar a materialização nos editais publicados a partir das conferências.

Nesse sentido, as propostas apresentadas, relacionadas com as moções e os editais traduzem uma leitura acerca das intenções, denota a possibilidade de ler e interpretar os interesses e projeções das políticas culturais. Assim considerando Moraes (1999), a análise de conteúdo aqui proposta, fala de uma postura, de uma leitura dos instrumentos em análise, que intenta traduzir a materialização da cultura da população negra no conjunto da ação estatal. É por meio desta análise que se busca transformar as informações contidas nos instrumentos em outras significações, uma vez adotando as suas inter-relações.

Nesse contexto, o quadro abaixo resume os documentos objetos de análise deste estudo.

#### **Quadro 2 - Sumário das referências de análise.**

I Conferência Nacional de Cultura
II Conferência Nacional de Cultura
III Conferência Nacional de Cultura
12 Editais da Fundação Cultural Palmares
16 Editais do Ministério da Cultura
Plano Nacional de Cultura

Fonte: Elaboração do autor

## **5 A CULTURA DO NEGRO NAS CONFERÊNCIAS E NAS AÇÕES DO ESTADO**

De certo, compreender as influências da cultura negra, no sentido da ação estatal do ponto de vista das políticas culturais, emergiu nas linhas que seguem, uma análise acerca das propostas que tem relação com a cultura negra no contexto das conferências. Serão apresentadas as três Conferências Nacionais de Cultura, juntamente com a abordagem da cultura da população negra presente nas propostas e moções, para que nas linhas finais, ao revisitar o referencial teórico, se possa analisar no que foi proposto a intenção dentro do contexto do campo das políticas culturais.

Consequente, apresenta-se as ações presentes nos editais do MinC e da Fundação Palmares, que viabilizariam o produto das conferências se materializar como política dos governos que propositaram a participação social na construção e institucionalização da Política Nacional de Cultura.

### **5.1 Construindo as Conferências Nacionais de Cultura**

O principal marcador de todas as conferências, é a metodologia, a forma como ela foi constituída. Tendo como base outras conferências nacionais já desenvolvidas — nas áreas de saúde, educação, por exemplo — a metodologia empregada traz o seu início, bem antes da data de sua realização, começando previamente, nas esferas municipal e estadual, antes de compor as Conferências no âmbito nacional.

Tal qual, acrescido às conferências mencionadas no parágrafo acima, as Conferências Virtuais, as Conferências Livres e os Seminários Setoriais foram espaços significantes na construção do modelo participativo das Conferências Nacionais de Cultura, não só porque ampliava os espaços de participação, mas também por adicionar a especificidade de valoração das explanações dos participantes.

Nesse contexto, o quadro abaixo resume, os principais aspectos que marcam a construção das Conferências Nacionais, com a intenção de alinhar os marcadores relevantes para a garantia da participação social.

**Quadro 3 - A construção das conferências**

Etapas das Conferências	Principais características
Conferências Municipais e intermunicipais.	Espaços para a construção dos planos e políticas municipais e intermunicipais de cultura, que por meio destas conferências, propositam a aproximação da sociedade deste processo, e subsidia as propostas para as Conferências Estaduais de cultura. Nesta fase também são eleitos os delegados que participarão da conferência Estadual.
Conferências Estaduais	É o momento de sistematizar o que foi elaborado e discutido nas conferências municipais e intermunicipais em eixos e subeixos. Nesta etapa, assim como na anterior, as discussões e encaminhamento servirão de subsídios para confecção da política cultural de cada Estado. Nesta conferência elegem os delegados que participarão da CNC, como também, alinham as propostas que deverão ser encaminhadas para a Conferência Nacional de Cultura.
Conferência Nacional	Definida inicialmente com o agrupamento das propostas de acordo com os eixos e subeixos, considerando a sistematização das propostas escolhidas nas conferências anteriores. Consiste também na Construção de grupos de trabalho (GT) para discutir as propostas sistematizadas, podendo ser alteradas a redação do texto, contudo mantendo o seu conteúdo. Depois das discussões, há uma plenária para cada eixo, e conseguinte a Plenária Final, onde os delegados classificam as propostas de acordo com o grau de prioridades. São as propostas prioritárias que comporão o Plano Nacional de Cultura.

Fonte: I Conferência Nacional de Cultura (2006); II Conferência Nacional de Cultura (2007); III Conferência Nacional de Cultura (2014). Elaboração do autor

Todas as propostas apresentadas nas Conferências anteriores que dão subsídios para as propostas das Conferências Nacionais são revistas com o objetivo de verificar se o seu caráter nacional, ou seja, as propostas aprovadas em plenária final da conferência são de âmbito nacional.

### 5.1.1 I Conferência: a grande mãe

Cultura é o gesto, é a grande mãe, é o passar de uma criança recém-nascida de braço em braço ao som de uma cantiga mântica que repete: arundê...áruíá (MINC, 2007).

Realizada em 2005, a Conferência, contou com a participação de representantes de todo o Brasil, e em sua apresentação moldada na fala do Ministro de Estado da Cultura, o ministro da época, o então cantor/compositor/músico Gilberto Gil diz que “Fomos condicionados a entender cultura como sendo a música que vem da Europa, o balé que vem da Rússia, a música que vem dos Estados Unidos, o jarro de flores que ornamenta as salas das elites.” Para o artista, “cultura é muito mais que isso. São todos os nossos gestos, nossa vela acessa aos pés de São Benedito, o nosso encontro, o nosso diálogo”. Ou seja, a concepção do artista sobre o que é cultura, e não sem intenção, já que o modelo que se pretende construir o

campo da cultura aproxima a população para a tomada de decisão, contrária à ideia de democratização da cultura, onde prevalece a cultura das elites.

Márcio Meira, coordenador geral da I Conferência Nacional de Cultura, e na época Secretário de Articulação Institucional do Ministério da Cultura destaca que o Brasil saiu da Ditadura Militar diretamente para a “Ditadura de Mercado”. Neste sentido dispunha como projeção central desta conferência, a criação do Sistema Nacional de Cultura.

A I Conferência se estruturou em 5 eixos principais, sendo eles: Eixo I: Gestão Pública da Cultura; Eixo II: Cultura é Cidadania e Democracia; Eixo III: Economia da Cultura; Eixo IV: Patrimônio Cultural; Eixo V: Comunicação e Cultura. Das 67 propostas aprovadas em plenária final, somente 8 propostas tinham alguma relação com a política cultural para a população negra.

### **5.1.2 II Conferência: encontro dos Antenas da Raça com os Antunes da Roça**

Deu-se no ano de 2010, sob a gestão do Ministro de Estado da Cultura, João Luiz Silva Ferreira (Juca Ferreira). Com o tema geral: Cultura, Diversidade, Cidadania e Desenvolvimento, contou com um total de 1.400 participantes. Na fala de Joãozinho Ribeiro, coordenador da II Conferência, destacava-se a forma como nesta conferência os Brasis presentes era externado, em um mundo de participantes. Ressalta ainda, que a conferência representava uma “agenda costurada democraticamente com estados, município e sociedade.”

Assim como a primeira conferência, esta esteve estruturada em torno 5 eixos principais que nortearam as propostas prioritárias. Eram eles: Eixo I: Produção Simbólica e Diversidade Cultural; Eixo II: Cultura, Cidade e Cidadania; Eixo III: Cultura e Desenvolvimento Sustentável; Eixo IV: Cultura e economia Criativa; Eixo V: Gestão e Institucionalidade da Cultura. Todos os Eixos contavam com sub-eixos que davam consubstancialidade às particularidades de cada eixo em questão.

Na segunda Conferência além das propostas prioritárias a partir dos eixos e seus respectivos sub-eixos, que são descritas como “estratégias prioritárias” continha também prioridades setoriais, essas prioridades baseavam-se, basicamente, como sendo propostas ampliadas para os Eixos das Conferências, por isso para cada eixo existiam propostas para

setores diferentes como, por exemplo: arquivo, circo, culturas indígenas, culturas populares, culturas afro-brasileiras, entre outros tantos setores.

Constava que, das 32 estratégias prioritárias desta conferência, 10 destas estratégias poderiam, em algum aspecto, associar à sua concepção, referências culturais da população negra. Enquanto que das 95 prioridades setoriais, 5 prioridades versavam a respeito das “culturas afro-brasileiras”.

### **5.1.3 III Conferência: cultura como Política de Estado?**

A última Conferência Nacional de Cultura realizada, até a data de confecção deste trabalho de conclusão de curso, aconteceu em 2013, sob a gestão da Ministra de Estado da Cultura, Marta Suplicy, e tinha como centralidade o debate e materialização da cultura enquanto política de Estado, por meio do Sistema Nacional de Cultura, que já havia sido proposto desde a I Conferência, ganhou bastante atenção na II Conferência, e finalmente, um ano antes da realização da III Conferência, em 2012, é acrescido ao artigo 216 da Constituição Federal de 1988.

Diferentemente das duas Conferências que a antecedeu, as propostas da III Conferência se estruturaram em torno de quatro eixos, sendo eles: Eixo I: Implementação do Sistema Nacional de Cultura; Eixo II: Produção Simbólica e Diversidade Cultural; Eixo III: Cidadania e Direitos Culturais; Eixo IV: Cultura e Desenvolvimento.

As propostas aprovadas nesta conferência foram circunscritas de duas formas, como “priorizadas” e “demais propostas aprovadas”, consideramos aqui as priorizadas para análise conforme os direcionamentos para o desenvolvimento de ações no âmbito da cultura da população negra. Contabilizando, das 20 propostas priorizadas, três, somente, referem à questão racial.

## **5.2 Conferindo as Conferências: entendendo seus meandros em torno das políticas culturais da população negra.**

### **5.2.1 As moções e as propostas: revelando as intenções das delegadas e dos delegados nas Conferências Nacionais de Cultura**

Captar, no tecido das falas externadas nas conferências, as intenções dos atores que a compunham é central na interpretação do real sentido democrático da instrumentação da ação pública. Além de serem o escopo das ações e posturas que serão assumidas pelos governos, as propostas simbolizam a representação dos interesses entre governos e a sociedade civil. Tais interesses estão revestidos de uma pluralidade de interpretações, nesse sentido, a análise acerca dos discursos presentes no escopo das proposições dos sujeitos nos espaços das conferências merecem atenção, principalmente por revelar uma contradição entre as moções e as propostas finais.

Considerava-se, aqui, no sentido da democracia da cultura, o intento de buscar nas conferências, um registro das delegadas e delegados que possuíam voto, contudo, em contato com o CNPC (Conselho Nacional de Política Cultural), o conselho só possuía tal registro da primeira e da terceira conferência. Nas fichas de cadastro da primeira, não havia campo de preenchimento que contemplasse a categoria raça. Enquanto que da terceira, o registro que o conselho dispunha, era somente de 36 delegados, quantidade irrisória se considerarmos os 953 delegados que participaram da Conferência.

**I Conferência Nacional de Cultura** — Antes de destacar as relações entre as propostas e as moções, para posteriormente projetar nos editais suas consecuições, é importante evidenciar que no produto desta Conferência muitas propostas foram indicadas nas Conferências Estaduais, isso no geral, não no conjunto específico da cultura negra. O que se observa deste adendo é o fato de, no somatório das propostas gerais das Conferências Estaduais, apresentarem mais propostas para a cultura da população negra, do que nas propostas priorizadas na Plenária Final, principalmente nos estados de Alagoas, Bahia, Maranhão e Pernambuco, isso deve-se, talvez pela proporção, já que no geral haviam muito mais propostas aprovadas no âmbito Estadual que Nacional.

As propostas desta primeira Conferência serão dispostas no Quadro 4 que descreve o tocante da cultura da população negra.

**Quadro 4 - Propostas da I Conferência Nacional de cultura com relação à cultura negra**

Eixo das propostas	Propostas
Cultura é Cidadania e Democracia	Difundir e reforçar o conceito de cultura em todo o sistema educacional, a partir de ações integradas do MinC e do MEC, desde a educação infantil até a universidade, reconhecendo, como cultura, o conjunto de saberes praticado pelo povo: modos de vida, crenças e manifestações artísticas, expressão das culturas indígenas e de afrodescendentes. Garantir também, que o ensino das artes, nas escolas públicas e privadas, seja feito por profissionais com formação em educação artística.

	Promover a formação continuada pelos convênios entre universidades e instituições de ensino fundamental e médio, para garantir a efetiva aplicação da Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira, utilizando as linguagens artísticas como veículo, fomentando a produção das manifestações étnico-culturais
	Que o Estado brasileiro reconheça, respeite e apoie, política e economicamente, a autodeterminação cultural das populações urbanas e rurais, contemplando os aspectos étnicos e raciais (indígenas, afro-brasileiros e outras), a pluralidade de gênero e orientação sexual, as expressões religiosas e artísticas e demais populações excluídas. Garantir o direito de representação nas instâncias públicas de gestão da cultura dos diversos grupos étnicos e raciais, sociais, regionais, políticos, de gênero e orientação sexual.
Economia da Cultura	Fomentar as produções e expressões artísticas e culturais em todas as suas etapas (criação, pesquisa, produção, circulação e difusão), inclusive as atividades itinerantes e amadoras, por intermédio da Lei de Fomento Nacional, respeitando as diversidades regionais.
Patrimônio Cultural	Inserir a Educação Patrimonial como diretriz curricular obrigatória em todos os níveis e modalidades de ensino formal, considerando os grupos étnicos, sociais, políticos, de gênero, religiosos e de orientação sexual.
	Fomentar a criação, nos Municípios, de Centros de Memória com finalidade de promover ações de preservação dos bens patrimoniais, materiais e imateriais, com responsabilidade compartilhada no âmbito das três esferas públicas e da sociedade civil.
Comunicação e Cultura	Criar rádios e TVs públicas nas esferas estadual e municipal, garantindo a difusão da produção de cultura local e o intercâmbio entre as regiões, gerenciadas por Conselhos Tripartites Paritários, cada um em sua instância, respectivamente.

Fonte: Elaboração do autor com base nas propostas da I Conferência Nacional de Cultura (2005).

Em primeiro lugar, cabe destacar que o eixo “Gestão Pública da Cultura” não está contemplado do Quadro 4, pois não houve nenhuma proposta apresentada. Ademais, no que trata das propostas expostas sublinha-se que nenhuma delas na sua proposição final teriam relação com as moções apresentadas, visto que das três moções apresentadas, duas tratavam da necessidade do diálogo das políticas culturais com a política de Estado da reforma agrária, a considerar, principalmente, a relação do “latifúndio e a herança escravista” do Brasil para com alguns grupos historicamente excluídos. A outra moção trata da inclusão de representação dos segmentos que atuam na área de diversidade cultural no Conselho Nacional de Cultura. A cerca das duas primeiras cabe destacar que apenas com um complemento de um dos delegados, que a questão das comunidades quilombolas são mencionadas, tal complemento descrito na proposta do Eixo “Comunicação e Cultura”

Explorando o aspecto das características das duas primeiras moções, no que concerne a questão das terras quilombolas, tem atenção acerca da relação, já apresentada nas referências deste trabalho, dos valores culturais que nos quilombos são traduzidos como marca de

resistência, e contrárias à expropriação das terras quilombolas por parte do Estado combinado às grandes empresas.

**II Conferência Nacional de Cultura** — No escopo desta conferência, ao invés de descrever as suas propostas como feito na anterior, será apresentado antes uma compilação das estratégias prioritárias ao destacar um resumo no tocante do mencionado da cultura da população negra.

#### Quadro 5 - Resumo das Estratégias Prioritárias da II Conferência Nacional de Cultura

<b>Eixo da proposta</b>	<b>Resumo da proposta</b>
Produção Simbólica e Diversidade	Registrar, valorizar, preservar, e promover as manifestações de comunidades e povos tradicionais.
	Garantir políticas públicas de combate à discriminação, ao preconceito e à intolerância religiosa.
	Implementar a Convenção da Diversidade Cultural por meio de ações socioeducativas nas diversas linguagens culturais e as linguagens específicas próprias dos povos e culturas tradicionais. Articular política cultural com política educacional (MEC) para elaborar e implementar conteúdos programáticos nas disciplinas curriculares e extracurriculares dedicados à história afro-brasileira
	Instituir a lei Griô, que estabelece uma política nacional de transmissão dos saberes e fazeres de tradição oral.
Cultura e Desenvolvimento Sustentável	Implementar e fortalecer as políticas culturais dos estados, valorizando as identidades e memórias culturais locais
	Promover e garantir o reconhecimento, a defesa, a preservação e a valorização do patrimônio cultural, natural e arquivístico a partir de inventários e estudos participativos, em especial nas comunidades tradicionais.
Cultura e Economia Criativa	Garantir, as políticas de fomento e financiamento, via editais, dos processos de criação, produção, consumo, formação, difusão e preservação dos bens simbólicos materiais, imateriais e tradicionais (indígenas, ribeirinhas, afrodescendentes, quilombolas e outros)
Gestão e Institucionalidade da Cultura	Defender a aprovação do Programa Cultura Viva e o Programa Mais Cultura.

Fonte: Elaboração do autor com base nas propostas da II Conferência Nacional de Cultura (2010).

Quanto às prioridades setoriais, o Quadro 6 mostra as propostas, circunscritas integralmente, que ganharam centralidade do ponto de vista da cultura da população negra.

#### Quadro 6 - Prioridades Setoriais da II Conferência Nacional de Cultura

<b>Eixo da Proposta</b>	<b>Proposta</b>
Produção Simbólica e Diversidade	Construir uma rede colaborativa de caráter propositivo com abrangência nacional, formada por representantes do poder público e sociedade civil, coordenada pela fundação cultural palmares, com o objetivo de promover a formação, articulação e intervenção política com vistas a favorecer a execução de políticas públicas afins com a diversidade da cultura afro-brasileira, resguardando o universo variado da produção simbólica.
Cultura, Cidade e Cidadania	Definição de ações afirmativas para a cultura afro-brasileira na mídia, ocupação espacial e georeferenciamento orientado pela presença negra e cultura afro-brasileira nas cidades garantindo a apropriação dos marcos regulatórios político-jurídicos já existentes que



	interessam a comunidade afro-brasileira e a uma política cultural para a cultura afro-brasileira.
Cultura e Desenvolvimento Sustentável	Garantir um percentual do recurso do FNC, para valorização e promoção da cultura afro-brasileira, a ser gerido pela Fundação Cultural Palmares – FCP.
Cultura e Economia Criativa	Criar mecanismos de ações afirmativas que contemple projetos promovidos por proponentes afrodescendentes e a produção cultural negra, no Fundo Nacional de Cultura, no segmento da diversidade, além de editais promovidos pelas estatais. Levando em consideração não somente a produção, mas também a difusão e distribuição dos produtos culturais negros para os eventos nacionais e internacionais, inclusive criando uma Feira Nacional de Cultura Negra para promover intercâmbio e negócios entre os empreendimentos negros.
	Criar um Programa permanente de desenvolvimento e capacitação de agentes culturais vinculados às comunidades tradicionais detentoras do patrimônio cultural material,
Gestão e Institucionalidade da Cultura	Formação continuada a ser organizada pelo ministério da cultura sobre relações raciais nas secretarias e vinculadas do MINC, com objetivo de combater o racismo institucional, além da promoção pelo MINC de oficinas de capacitação para elaboração de projetos de cultura negra, juntos às organizações proponentes, bem como a proposição à AGU para realização de curso de formação em relações raciais junto aos procuradores federais e advogados da união, solicitando à SEPPIR para que de ênfase a cultura afro-brasileira nos programas dos ministérios e secretarias da presidência.

Fonte: II Conferência nacional e Cultura (2010). Elaboração do autor

Diferentemente da I Conferência, as moções destacadas nesta segunda, ainda que poucas, um total de cinco moções, tiveram relação direta com algumas das propostas apresentadas nos Quadros 5 e 6, seja em torno das estratégias prioritárias seja com base nas prioridades setoriais. As moções exemplificavam-se nos seguintes termos:

1. Construção de casas de cultura;
2. Referendaram as propostas do eixo “cultura” da II CONAPIR (Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial);
3. Apoiou a manutenção do Programa Cultura Viva;
4. Inclusão do segmento quilombolas em todas as propostas culturais;
5. Apoio ao projeto de lei que institui uma política nacional dos saberes e fazeres de tradição oral (Lei Griôs).

Nessa perspectiva, algumas propostas desta Conferência têm relação com as resoluções da II CONAPIR, principalmente aquelas direcionadas à preservação do patrimônio imaterial das religiões de matriz africana, sobre cotas para a promoção da cultura negra, a respeito do caráter educacional etc.; versam sobre a aprovação do Programa Cultura Viva; tratam da promoção dos saberes de mestras e mestres tradicionais, concretizado aqui na Lei Griôs.

Ainda que algumas das moções destacadas foram contempladas nas propostas finais, isso não significa que o campo da cultura tenha abarcado, necessariamente, as traduções

significativas do povo negro no construto dessas projeções. É importante aqui destacar a relevância da proposta descrita no eixo “Gestão e Institucionalidade da Cultura” das “prioridades setoriais” que trata do combate ao racismo institucional. Esta proposta será retomada quando adiante discutiremos as implementações dos editais do MinC e da Fundação Palmares. O importante de sublinhá-la aqui traduz no fato de que a sua caracterização tem total referência com todas as outras propostas das Conferências, uma vez que a agência das políticas públicas de cultura está introjetada nas estruturas racistas das instituições.

Quanto da III Conferência, o quadro abaixo denota um resumo das propostas com os seus respectivos eixos, que possuem relação como a cultura da população negra.

**Quadro 7 - Resumo das Propostas Prioritárias da III Conferência Nacional de Cultura**

<b>Eixo da Proposta</b>	<b>Resumo da Proposta</b>
Implementação do SNC	Criar, desenvolver, fortalecer e ampliar as estratégias para a formação e capacitação em gestão cultural de forma permanente e continuada, envolvendo gestores e servidores públicos e privados, conselheiros de cultura, artistas, produtores, agentes culturais, povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e demais integrantes da sociedade civil dos diversos segmentos.
Produção Simbólica e Diversidade Cultural	Aprovar o Marco Regulatório das Comunicações no Brasil, o Marco Civil da Internet), a Lei da Mídia Democrática, e modificar a Lei 9.612/98, garantindo o respeito aos Direitos Humanos, à diversidade e à participação social nos processos de revisão desses Marcos Regulatórios, considerando o disposto no Estatuto da Igualdade Racial, com regulamentação imediata dos artigos relativos à comunicação aprovados na Constituição de 1988.
Cidadania e Direitos Culturais	Intensificar e fomentar o reconhecimento de mestres e mestras das culturas populares e tradicionais (mestres de capoeira, hip hop, quilombolas, indígenas, sábios, afoxés, jongo e griôs).

Fonte: Elaboração do autor com base nas propostas da III Conferência Nacional de Cultura (2013).

Antes de caracterizar as propostas priorizadas juntamente com as moções, não há de se esquecer das demais propostas aprovadas, por isso elas serão mencionadas brevemente aqui retomadas na análise dos editais.

Quanto ao conjunto de moções apresentadas, segue compilado em tópicos as suas principais caracterizações:

1. Políticas afirmativas para artistas negros;
2. Apoio à Capoeira e aos Griôs;
3. Preservação da Casa de Fazenda da comunidade Olho D'Água em Esperantina-PI;
4. Representação das culturas populares e tradicionais da CNIC (Comissão Nacional de Incentivo à Cultura);

5. Consolidação do Museu da Umbanda – Cachoeiras de Macau – RJ;
6. Investimentos em moda afro-brasileira;
7. Tombamento do festival de Yemanjá no estado do Pará;
8. Fomento aos estados para a criação de um Plano Nacional de Capoeira.

Concebendo o resumo das propostas do Quadro 6, como também a leitura em sua integralidade nos autos desta conferência em análise, corrobora com as manifestações contidas nas moções somente a proposta do eixo “Cidadania e Direitos Culturais”. Além disso, as moções, também não são contempladas no conjunto das demais propostas aprovadas não-priorizadas. Essa associação, a somente uma moção, é resultado, principalmente do fato de algumas ter sido direcionadas para proposições localizadas, em espaços demarcados, enquanto que o conjunto das propostas de todas as conferências têm determinada amplitude em sua confecção.

Com relação às metas do Plano Nacional de Cultura, das 53 metas apresentadas, 4 fazem alguma referência à cultura da população negra. Tratam basicamente, de: Construção de um mapa das expressões culturais no território nacional; valorização dos conhecimentos e expressões culturais tradicionais; acompanhar o número de povos e comunidades tradicionais que são atendidos por ações do poder público e cadastrá-las no Sistema Nacional de Informações Culturais (SNIIC); e integralizar a disciplina de Artes nos currículos das escolas públicas de educação básica.

Os resultados com relação ao cumprimento das metas estão dispostos no quadro abaixo. É importante sublinhar dois pontos acerca destes resultados, primeiro que o prazo para cumprimento das metas é até 2020, e segundo que o cumprimento das metas não assegura significado integral relacionado às políticas da população negra, uma vez que todas as metas apresentadas não são específicas, apenas relacionais à questão dos povos negros.

**Quadro 8 - Situação das metas do Plano Nacional de Cultura**

<b>Meta</b>	<b>Situação da Meta</b>
Meta 03: Cartografia da diversidade das expressões culturais realizada em todo o território brasileiro.	Superada. A meta propunha registrar 70% de municípios até 2020 e já possuía cadastrado cerca de 139% destes.
Meta 04: Política nacional de proteção e valorização dos conhecimentos e expressões das culturas populares e tradicionais implantada	Em andamento. O Projeto de Lei 1.176/2011 que Institui o Programa de Proteção e Promoção dos Mestres e Mestras dos Saberes e Fazeres das Culturas Populares ainda está em tramitação no Congresso Nacional para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
Meta 06: 50% dos povos e comunidades tradicionais e grupos de culturas populares que estiverem cadastrados no Sistema Nacional de Informações e	Em andamento. O último dado é de 2016, e havia somente 6% de povos e comunidades tradicionais e grupos culturais atendidos por ações de promoção da diversidade cultural.

Indicadores Culturais (SNIIC) atendidos por ações de promoção da diversidade cultural	
Meta 12: 100% das escolas públicas de educação básica com a disciplina de arte no currículo escolar regular com ênfase em cultura brasileira, linguagens artísticas e patrimônio cultural	Em andamento. O último dado de 2016 registrou 77,9% de escolas da educação básica que ministram a disciplina Arte.

Fonte: Sítio Oficial do Ministério da Cultura. Elaboração do autor.

Cabe destacar uma justificativa apresentada pelo Ministério da Cultura acerca da Meta 06, segundo o que consta no site oficial do Plano Nacional de Cultura:

[...] ao analisar os dados, por povos e comunidades tradicionais e grupos de culturas populares cadastrados no SNIIC, percebe-se que em alguns casos não foi possível localizar na base de dados do sistema se os povos, comunidades ou grupos estavam cadastrados. Por esse motivo, conseguiu identificar, apenas 76, no ano de 2016, que foram beneficiados por ação do MinC dos 1.510 cadastros existentes. É importante ressaltar, também, que o Iphan não consegue mensurar a quantidade de povos e grupos atendidos pela política de salvaguarda do patrimônio imaterial. Por este motivo, os dados não foram considerados na soma dos dados para o indicador nos anos anteriores. Cabe ressaltar que há uma contradição entre o objetivo da meta apresentada em seu título com o indicador definido. Caso seja levado em consideração o indicador objetivamente definido, a meta teria sido concluída. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2016)

## 5.2.2 A instrumentação da ação pública: os editais como reflexo das políticas culturais a partir das Conferências Nacionais de Cultura.

No conteúdo dos objetivos dos editais, reside o direcionamento das proposições conduzidas a partir do produto das conferências, e conseqüentemente a intenção dos atores na construção dos instrumentos em análise.

Nos editais da Fundação Palmares, reside o caráter da especificidade, assim como nos editais do MinC dispostos na Tabela 2. Essa especificidade é evidente nos primeiros editais, uma vez que a Fundação Cultural Palmares tem como centralidade a cultura da população negra, enquanto que nos editais do Ministério da Cultura não há essa exclusividade, obviamente. Nesse sentido, do compilado dos editais do MinC, desde 2005 foram implementados somente 16 editais com esta centralidade.

### 5.2.2.1 Os Editais da Fundação Cultural Palmares

A materialização dos editais a partir da Fundação Palmares, requer algumas explanações iniciais, previamente, escolheu-se caracterizar determinados editais à primeira conferência, mesmo considerando a sua edição em 2005, pois algumas ações só foram realizadas anos depois da consecução das outras Conferências.

Consequente, é importante categorizar os editais nos respectivos eixos das Conferências, pois permitirá uma leitura mais coesa dos referidos. Ademais, o Quadro 9 sistematiza os editais da FCP relacionando-os com as Conferências que tiveram na leitura das suas propostas, de acordo com os eixos específicos, relação com a cultura da população negra.

**Quadro 9 - Relação dos eixos e o foco de tematização**

Nº	Ano	Editais Encerrados	Conferências Nacionais de Cultura
1	2010	Edital 22 Anos	I e II CNC
2	2010	Edital do Concurso nº 01/2010 - Concurso Nacional de Pesquisa sobre Cultura Afro-Brasileira, Comunidades Tradicionais e Cultura Afro-Latina	I CNC
3	2010	Edital Idéias Criativas 20 de Novembro	I e II CNC
4	2010	Edital de Seleção Pública de Projetos 2010 - Expressões Culturais Afro-Brasileiras	I e II CNC
5	2012	Edital Chamada Pública nº 001/2012 – Núcleos de Formação de Agentes de Cultura da Juventude Negra	I CNC
6	2012	Edital de Chamada Pública Nº 002 /2012 – FCP/MINC	I e II CNC
7	2012	Edital do Concurso nº 001 /2012 CNIRCN - II Concurso Nacional de Pesquisa sobre Cultura Afro-Brasileira	I CNC
8	2013	Edital Chamada Pública nº 01/2013 – FCP – Núcleos de Formação de Agentes de Cultura da Juventude Negra	I e III CNC
9	2013	Edital De Concurso Público Nº 02/2013 - Edital Imagens da Memória	I e II CNC
10	2013	Edital De Concurso Público Nº 01/2013 - Ideias Criativas	I e II CNC
11	2014	Edital de Concurso nº 01/2014 - Prêmio de Culturas Afro-brasileiras	I e II CNC
12	2015	Edital SNC - Fundação Cultural Palmares	II CNC

Fonte: Elaborado pelo autor

**I Conferência Nacional de Cultura** – os editais 1, 3, 4, 5, 9, 10 e 11 são lidos nesta análise como pertencentes ao eixo “Economia da Cultura”; os editais 2, 3, 5, 7, 8 pertencem ao eixo “Cultura é Cidadania e Democracia”; o edital 6 pertence ao eixo “Patrimônio Cultural”. É importante destacar que um mesmo edital pode ser relacionado para mais de um eixo, dado a sua construção.

Os editais que compõem o eixo “Economia da Cultura”, tem seus objetivos voltados para subsidiar as ações da cultura negra, no que diz respeito ao fomento das produções e expressões artísticas e culturais nas etapas da criação, pesquisa, produção, circulação e difusão. Cabe suscitar que a única proposta inserida neste eixo só pode ser enquadrada na materialização destes editais, dado um complemento que mencionava os “afrodescendentes”, esta única palavra permitiu reconhecer tal proposta enquanto conjunto das ações para a população negra. A contradição aqui reside, não na execução dos editais, mas na maneira generalizante em que a proposta é construída. Como já dito, a natureza do edital é específica.

No contexto do campo das políticas culturais, a concepção da economia da cultura, merece atenção frente à necessidade histórica de uma política de proteção à indústria cultural, ou seja, revisitando a sistematização histórica das políticas culturais, observamos aqui a intervenção e regulação econômica do setor cultural por parte do Estado.

Já os editais do eixo “Cultura é Cidadania e Democracia” conduzem, ora no sentido formativo de garantir a capacitação dos agentes de cultura (destaca-se aqui os editais NUFAC, de formação da juventude negra para a área cultural), ora guia em direção à difusão da cultura afrodescendente, por meio do incentivo à produção de conhecimento que trate da cultura Afrobrasileira. Os editais que aqui estão sendo tratados pertencem, no sentido das políticas públicas de cultura, às políticas que tratam da difusão e produção cultural, que revelam o viés da democracia da cultura, pois a difusão aqui discutida remete à valorização da diversidade dos distintos segmentos sociais.

Quanto ao último eixo contemplado nos editais dispostos na Tabela 1, evidencia-se que, no que concerne ao “Patrimônio Cultural” da primeira conferência, tal eixo conta com apenas um edital, o edital de número 6 que aborda o mapeamento do Patrimônio Cultural das comunidades quilombolas do estado do Amapá. Tratando-se da valorização das comunidades quilombolas, no âmbito das políticas estatais, considera-se, primeiro, no objetivo deste edital o interesse limitado quanto da dimensão geográfica definida, pois tratar do patrimônio das comunidades quilombolas, requer fomento no âmbito nacional. Segundo a necessidade de reafirmar, ainda que com enfoque local definido, a ação de mapeamento do patrimônio cultural dos quilombos contribui para desconstruir com as políticas de identidade nacional inscritas no Brasil.

Apesar da relação de alguns editais com os eixos desta primeira conferência, urge salientar que dois eixos difundidos na I Conferência Nacional de Cultura não tiveram, ao menos nas ações desenvolvidas pela Fundação Palmares, concretização na prática da execução dos editais, são eles: “Eixo Comunicação e Cultura” e o “Eixo Gestão Pública da Cultura”. Este último não ganharia concretude pois não havia propostas que versassem sobre a cultura da população negra. Quanto ao eixo que trata da comunicação e cultura, importa destacar que a proposta abordada neste eixo explana a criação de rádios e TVs públicas em todas as esferas de governo, para que difundisse a cultura dos grupos “étnicos indígenas e quilombolas”. Reconhece que, se por um lado existe edital para preservação do patrimônio, por outro faltam editais que propunha a representação destes grupos na mídia, do ponto de vista da difusão e produção de sua imagem, o que pode ser considerado um limite acerca da valorização da identidade destes grupos.

Por fim, cabe evidenciar o âmbito nacional dos editais, uma vez que somente o edital Nº 6 “Edital de Chamada Pública Nº 002/2012”, possui foco localizado.

**II Conferência Nacional de Cultura** - nesta conferência os eixos que podem compreender os editais executados são: eixo “Produção simbólica e diversidade cultural” (editais: 1, 3, 4, 6, 9, 10, 11 e 12); o eixo “Cultura e desenvolvimento sustentável” (edital 6); e o eixo Cultura e Economia Criativa (editais: 1, 3, 4, 9, 10 e 11).

O que consta da implementação dos editais a partir da II Conferência é que muitos e basicamente os mesmos editais foram enquadrados em dois eixos distintos, o que se observa é que, ainda que em eixos diferentes, ora no eixo que trata da produção e diversidade cultura, ora no eixo da economia da cultura, os editais se concretizaram no objetivo de registrar, valorizar, preservar e promover as manifestações de comunidades e povos tradicionais. A principal diferença entre estes dois eixos é que um tem foco na produção de arte e dos bens simbólicos, na promoção de diálogos interculturais, enquanto o outro dinamiza a importância estratégica da cultura no processo de desenvolvimento.

Quanto aos editais que foram incluídos na dimensão do eixo da cultura e desenvolvimento sustentável, é destacável a intenção da produção de materiais que fortalecem a memória e registro da cultura do povo negro.

Não diferente da primeira conferência, alguns eixos da II Conferência Nacional de Cultura não foram contemplados na efetivação dos editais, sendo eles: eixo “Cultura, cidade e cidadania” e o eixo “Gestão e institucionalização da cultura”. Referente ao primeiro, não houve nenhuma proposta na conferência que tratasse da cultura afrobrasileira. Quanto da abordagem do segundo eixo, ainda que com proposta, os editais não objetivam em seu escopo uma materialização, visto que, a proposta é ampla, pois o seu objetivo central é combater o racismo institucional.

**III Conferência Nacional de Cultura** – a esta conferência, do ponto de vista da implementação dos editais da Fundação Palmares de Cultura, requer ser considerada uma observação: pelo fato de ter acontecido em 2013, só foram considerados os editais implementados a partir desta data, ou seja, cinco editais. Quanto aos eixos que tiveram as propostas priorizadas para cultura da população negra, somente um eixo simboliza relação com três editais implementados, o eixo “Implementação do Sistema Nacional de Cultura” que discorre da formação e capacitação em gestão cultural, materializado a partir dos editais de Núcleos de formação de agentes de cultura da juventude negra, e ao “Edital SNC - Fundação Cultural Palmares”, que trata da seleção de 12 projetos culturais para realizar convênios com a Fundação Cultural Palmares, fortalecendo assim, o Sistema Nacional de Cultura no que tange

a Cultura Afro-Brasileira nas áreas de Artes Cênicas, Música e Manifestações Tradicionais e Cultura Urbana e de Periferia.

### 5.2.2.2 Os editais da cultura da população negra do MinC.

A verificação dos editais do MinC destinados especificamente para a cultura da população negra será realizada diferente da lógica a qual foram transcritos os editais da Fundação Cultural Palmares - relação das propostas/eixo de cada conferência com os editais.

Aqui, como na análise anterior vislumbra-se os editais enquanto instituições que, como propõe Lascoumes e Le Galès (2012), determinam privilegiar certos interesses e afastar outros, teve como base a tradução dos eixos cooptados a partir das três conferências para servir como referência da análise de implementação dos editais, sendo eles: Gestão e Institucionalidade da Cultura; Cidadania e Direitos Culturais; Produção Simbólica e Diversidade Cultural; Economia da Cultura.

Com base na conceitualização de alguns dos eixos a partir das referências textuais das conferências, o Quadro 9, disposto abaixo, trata dos eixos e dos focos de cada um.

**Quadro 10 - Relação dos eixos e o foco de tematização**

<b>Eixo</b>	<b>Foco da tematização do eixo</b>
Gestão e Institucionalidade da Cultura	Fortalecimento da ação do Estado e da participação social no campo da cultura, para a construção de políticas institucionalizadas - Sistema Nacional de Cultura (SNC).
Cidadania e Direitos Culturais	Garantia do pleno exercício dos direitos culturais e consolidação da cidadania, com atenção para a diversidade étnica e racial.
Produção Simbólica e Diversidade Cultural	O fortalecimento da produção artística e de bens simbólicos e da proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, com atenção para a diversidade étnica e racial.
Economia da Cultura	Economia criativa como uma estratégia de desenvolvimento sustentável.

Fonte: I, II e III Conferências Nacionais de Cultura. Elaboração do autor

Cabe evidenciar que a escolha pelos eixos não significa necessariamente que houve propostas direcionada nas conferências para determinado eixo, como o feito na análise dos editais da Fundação Cultural Palmares. A intenção aqui é categorizar as ações dos editais com base na relação geral das conferências, pois ao considerar a apreciação dos editais da Fundação Palmares, o que marcou a análise foi a superficialidade das propostas quando da materialidade dos instrumentos.

Antes, cabe enfatizar que foram analisados 16 editais do Ministério da Cultura, a constar da sua distribuição a partir da Tabela 2 e enquadramento nos eixos de análise.



**Quadro 11 - Os editais do MinC e os eixos temáticos**

<b>Ano</b>	<b>Edital</b>	<b>Eixo temático</b>
2005	Edital de divulgação nº 02/2005 (Pontos de Cultura de Capoeira no estado da Bahia).	Produção Simbólica e Diversidade Cultural
2006	Edital Capoeira Viva	Produção Simbólica e Diversidade Cultural
2008	Edital - regulamento de licitação modalidade concurso nº 001/2008 (Estátua Zumbi Dos Palmares)	Produção Simbólica e Diversidade Cultural
2008	Edital de divulgação nº 02/2008 (Bolsa de Incentivo Griô)	Produção Simbólica e Diversidade Cultural Cidadania e Direitos Culturais Economia da Cultura
2009	Edital Nº 01/2019 Ideias Criativas para 20 de novembro	Produção Simbólica e Diversidade Cultural Economia da Cultura
2010	Edital de premiação nº 001 – DPI/2010 (Viva Meu Mestre)	Produção Simbólica e Diversidade Cultural
2010	Edital de Concurso nº 01/2010 – Apoio à Formulação e Implantação do Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira - Pró-Capoeira	Produção Simbólica e Diversidade Cultural
2010	Edital de concurso público nº 7/2010 (Núcleo de Formação Cultural da Juventude Negra).	Cidadania e Direitos Culturais
2012	Edital Prêmio Funarte de cultura negra	Produção Simbólica e Diversidade Cultural
2012	Edital nº 3/2012 Curta-metragem Curta-Afirmativo	Produção Simbólica e Diversidade Cultural
2012	Edital de Chamada Pública FBN Nº 01/DLLL/2012 (Pontos de Leitura Cultura Negra)	Produção Simbólica e Diversidade Cultural
2012	Edital de Chamada Pública FBN Nº 02/CPE/2012 (Apoio a pesquisadores negros)	Produção Simbólica e Diversidade Cultural
2012	Edital de Chamada Pública FBN Nº 03/CPE/2012 (Apoio a Coedição de Livros de Autores Negros)	Produção Simbólica e Diversidade Cultural
2014	Edital Bolsa Funarte de Fomento aos Artistas e Produtores Negros	Produção Simbólica e Diversidade Cultural
2014	Edital Nº 05/2014 Curta Afirmativo: protagonismo de cineastas afro-brasileiros na produção audiovisual nacional	Produção Simbólica e Diversidade Cultural
2016	Edital SAV/MINC/FSA – (Edital Longa BO Afirmativo .	Produção Simbólica e Diversidade Cultural

Fonte: Site do Ministério da Cultura. Elaboração do autor.

Dado o exposto, evidentemente a primeira pergunta que surge é de o porquê desses editais não contemplarem o eixo da “Gestão e Institucionalidade da Cultura”. Um tratamento mais centralizado acerca deste questionamento será pautado nas linhas da discussão final.

Contudo, acerca deste questionamento, no campo das políticas de públicas de cultura, a pauta da cultura negra está distante, ao menos do ponto de vista das instituições aqui referidas, de serem inseridas como políticas de Estado e terem real influência no desenho de uma Política Nacional de Cultura. Duas digressões são necessárias a partir desta afirmação, a primeira é do recente processo de institucionalização do campo da política cultural no Brasil de forma geral, destacando os limites históricos que já foram descritos no capítulo 3; segundo, o fato de que, a

considerar a representação da Fundação Cultural Palmares, a institucionalidade da cultura da população negra já possui respaldo em sua consecução, contudo, ao verificar os instrumentos aqui estudados, a institucionalidade fica um tanto distante da projeção, tanto das propostas, quanto dos editais. Outro ponto importante a ser destacado é a institucionalidade da cultura negra a partir do Programa Cultura Viva. Mesmo que muitos editais e ações sejam revestidas na consecução do programa, é necessário considerarmos dois aspectos. Os editais do Programa Cultura Viva não estão necessariamente ligados à institucionalidade da cultura negra. O outro aspecto é que por mais que o Programa esteja inserido na lógica institucional e tente forçar a partir do Estado a institucionalidade, o mesmo não sustenta sozinho tal institucionalidade.

## **6 E DEPOIS? CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DAS INFLUÊNCIAS DA CULTURA NEGRA NA CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA.**

A compreensão da ação do Estado em torno das políticas culturais para população negra deve ser tensionada, uma vez que somente apresentar a relação entre propostas e moções das conferências, como também a sua materialidade nos editais da Fundação Cultural Palmares e do Ministério da Cultura, não nos diz muito. Por este motivo, há a necessidade de enxergar os meandros destes instrumentos e seus produtos.

Numa perspectiva geral, ao se considerar a relação entre as moções e propostas a análise é complexificada. Principalmente, quando da apreciação das propostas, na integralidade do seu texto, afim de apurar os aspectos que levariam classificá-las enquanto direcionadas à cultura negra. Isto, não somente por pretensão, mas sim como ferramenta para ampliar sua categorização, visto que, mesmo sendo propostas precisas, a sua apreensão não é concisa, evidente em alguns casos das propostas aqui estudadas. Foi preciso dos complementos que as delegadas e os delegados atribuíram para classifica-las como propostas que envolva a cultura da população negra. No Quadro 4 mais da metade das propostas são lidas a partir desta complexidade.

Assim, compreendê-las, como discurso, demonstra que as suas intenções podem até estarem coadunadas com o processo de projetar a democracia da cultura, contudo, muitas das vezes quando deparamos com o conjunto das interações raciais, até no campo da cultura, o que se observa é, referenciando mais uma vez Grada Kilomba (2014), a ausência do falar, que reflete no apagamento da verdadeira contribuição que o negro teve e tem para a história do Brasil.

Como identificar este silenciamento, uma vez que as Conferências apresentam propostas para a cultura da população negra? O problema aqui reside na construção destas propostas, na forma como elas são estabelecidas. Como dito no início do capítulo 5, elas têm um caráter nacional, e por serem classificadas e construídas a partir deste aspecto, mascara a real ideia do que se pode chamar de “nacional”, o que acaba reduzindo a consubstancialidade das políticas para a população negra. Ainda que, em essência, as Conferências consideram a diversidade como base para a prospecção das políticas de cultura, ou seja, reconhece que

existem grupos identitários diversos, a tradução das propostas e ações da cultura negra são diminuídas frente à aparente representação destes grupos no constructo da identidade nacional.

E falar desta construção, remete-nos ao seu ideário. Como um país colonial, o Brasil localiza o negro nas entranhas da colonialidade ao atribuir e sustentar, historicamente, estigmas à população negra, com efeito de destituir a cidadania a esta população. Isto posto, e entendendo que tais estigmas continuam sendo reproduzidos, as políticas culturais também são instituídas neste viés que diminui significativamente as influências da população negra às regras da “cultura popular” e do “folclore”. É aqui, principalmente, que reside a ausência de substancialidade das políticas.

Portanto, considerando a construção dos editais, os seus objetivos estão circunscritos nesta superficialidade. Pode-se dizer que os editais que apoiam a produção de conhecimento em torno da cultura Afrobrasileira não estejam inscritos nesta superficialidade, contudo é delicado afirmar esta hipótese. Seria necessário partir de uma análise mais aprofundada dos trabalhos concretizados a partir da iniciativa destes editais.

Embora se tente, nesse emaranhado de heranças coloniais tão vivas e presentes, sufocar a cultura do negro e contê-la nos limites do que já foi exposto, cabe suscitar os lugares de fronteira, físicos e imaginários, e as experiências que se moldam a partir dos movimentos estabelecidos nos “entre lugares” e nos contornos transculturais da diáspora.

Os lugares de fronteira, aqui mencionados, são associados às manifestações culturais presentes nos espaços subalternizados e nos corpos marcados pela negação de humanidade e cidadania, os corpos negros. As expressões culturais corporificadas nas favelas é um exemplo de como, por meio do rap, funk, hip hop entre outras manifestações, os negros reinventam e constroem uma identidade cultural que envolve as suas experiências – locais e transculturais – , através das vivências sociais das quais estão inseridos.

Os terreiros de candomblé também se localizam no “entre lugar”, figurando não só o aspecto físico, como também o imaginário. Por mais que o “entre lugar” esteja associado, nas produções acadêmicas, a um projeto decolonial das construções epistemológicas, aqui ele ganha substância de prático, e reescreve o local da identidade dos negros num plano não essencialista, e sim desfocado da lógica hegemônica do Ocidente.

Às expressões, acima relacionadas, cabe o sentido da afro-diáspora, que transcende as representações locais, e se constroem, historicamente, fundamentado no trânsito do Atlântico Negro, e nas experiências transculturais dos encontros e conexões dos negros, filhos da diáspora.

Acresce que, contemplar a materialização, ou não, das moções e das propostas aprovadas que se fazem valer, no âmbito da cultura negra do país, as ações e não ações que o Estado desempenha para a sua consolidação, ainda que de maneira superficial.

E diante disso, é nos editais lidos a partir das conferências que se escolheu observar a concretude das propostas. De fato, dialogando com o referencial teórico deste trabalho as conferências, e principalmente a II CNC, permitem afirmar que suas execuções estão coadunadas à tipologia histórica das políticas culturais, primeiro com a consolidação da identidade e preservação do patrimônio, segundo com a intervenção e regulação da economia da cultura, e terceiro, à difusão e produção cultural. Isto de forma geral, sem focar a análise na cultura negra. Como também, não foi considerada a institucionalização das políticas culturais, por não pertencente à esta tipologia.

Com relação à consolidação da identidade muito já foi dito aqui. Agora ao se tratar da preservação do patrimônio dá-se atenção aos quilombos, e as marcas históricas de uma política latifundiária, combinada aos interesses do agronegócio, que assume no tecido da manutenção estatal uma posição um tanto contraditória. Às vezes, reclamando intenções de salvaguardar este patrimônio, essa tentativa pode ser representada nas propostas das Conferências, ainda que pouco vislumbradas na prática. Outras tantas, e mais concretas, assumindo historicamente, uma política de expropriação, não somente do território geográfico.

Quando tratamos da economia da cultura e, observando os editais refletidos neste trabalho, é evidente que muitas ações foram enquadradas e cooptadas por este eixo, contudo o que não é tão evidente assim, é o fato de ainda que este enquadramento se concretize na perspectiva da produção, criação, consumo, difusão e preservação dos bens simbólicos, não há um foco na construção de uma economia criativa com estratégias para o desenvolvimento, ainda que saibamos que redes de compartilhamento a partir destas produções são estabelecidas.

Ao se tratar da difusão e produção cultural, que tem muita relação com a questão da economia da cultura, e assim como este outro, foi o que projetou maior consecução de editais, é relevante sublinhar que um trata da produção cultural como ferramenta de desdobramento econômico, e o outro estabelecendo-a como uma relação de diálogos interculturais. Ambos traduzem, ainda que com pontos a serem tensionados, políticas relevantes para a população negra.

A estes dois últimos aspectos da tipologia das políticas culturais pode-se inferir que, a contar o contexto político das três Conferências Nacionais de Cultura, a abertura para o diálogo e construções de políticas para a população negra era notável, a de considerar, como principal, as reivindicações dos movimentos organizados da população negra. Nesse contexto, assim

como as políticas de ações afirmativas são insuficientes para a valorização do povo negro, a concretude de políticas nos aspectos da economia e produção da diversidade cultural é ínfima para concluir que o campo da cultura não reproduz as lógicas sistêmicas de exclusão racial, posto que, este campo não é dissociado de outros, como educação, segurança pública, saúde pública etc. ele é mais um retalho de uma política maior de Estado.

Agora, importa destacar o fato evidente da ausência, tanto de propostas, quanto de editais que tratam da gestão cultural, da institucionalidade da cultura da população negra.

Com intuito de aproximar este fato e os seus propósitos na condução das linhas finais deste estudo, parte-se inicialmente destacando uma proposta das prioridades setoriais da II CNC, apresentada somente nesta Conferência, sendo ela:

Formação continuada a ser organizada pelo ministério da cultura sobre relações raciais nas secretarias e vinculadas do MINC, com objetivo de combater o racismo institucional, além da promoção pelo MINC de oficinas de capacitação para elaboração de projetos de cultura negra, juntos às organizações proponentes, bem como a proposição à AGU para realização de curso de formação em relações raciais junto aos procuradores federais e advogados da união, solicitando à SEPPIR para que de ênfase a cultura afro-brasileira nos programas dos ministérios e secretarias da presidência.(BRASIL, 2010, p. 91 )

A não concretude desta proposta se dá por inúmeros fatores, primeiro, ao se conceber que não é só por meio dos editais que ela poder ser projetada, são ações transversais que estão acima do controle único do Ministério da Cultura e da Fundação Palmares. Segundo que, ter a intenção da institucionalização da cultura da população negra, ao ponderar o combate do racismo institucional, coloca num plano sistêmico as contradições assumidas pela construção das políticas raciais em torno do mito da democracia racial.

A não ação, por meio da não implementação de editais no eixo “Gestão e Institucionalidade da Cultura”, dialoga intensamente com os interesses dos atores e das instituições, em especial, ao se considerar a perspectiva da ação pública, dada as escolhas de financiamento, que de acordo com Carmo (2016) quando ao referenciar Barbosa e Labrea, exprime que “privilegiar um tema diz algo sobre o sistema valorativo, as opções, as prioridades” (CARMO, 2016, p. 40), e da mesma forma com que não privilegiar, não escolher também traduz um caráter valorativo, ou melhor dizendo, um distintivo de não valor.

Logo, no âmbito das políticas públicas de cultura para a população negra, toda materialização das ações descritas nas três conferências demonstra que o Estado se responsabiliza, do ponto vista da difusão, produção e valorização da cultura da população negra. Contudo, a problemática, já exposta, reside em torno de como essa responsabilidade é traduzida, de como as ações reduzem a questão da cultura da população negra somente à “cultura popular”

e “folclore”. Isto faz com que o processo de concretização dos editais acaba por refletir, por estarem inseridos na agência estatal, a lógica da colonialidade do poder em torno da raça no âmbito da cultura. Isto pois, ao reconhecer que na formação dos Estados-nação modernos a representação da identidade da população negra é renegada, e suprimida nos ideais do mito da democracia racial, e das políticas de branqueamento da população, ambos arranjos estruturais e estruturantes do projeto colonial.

## REFERÊNCIAS

- AVRITZER, Leonardo, 2012. **Conferências Nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil**. Brasília: IPEA (Texto para discussão).
- BARBALHO, A. Política Cultural Em: **Política e Gestão Culturais**. Salvador, 2013.
- BERNARDINO-COSTA, J.; GROSGOUEL, R., “**Decolonialidade e perspectiva negra**”. Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016.
- BRASIL. **Conferindo os conformes**: Anais da II Conferência Nacional de Cultura. ROTTA, Vera; COELHO, Maria José H(Orgs). Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2010.
- BRASIL. Lei no 7.668, de 22 de agosto de 1988. **Autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares – FCP e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 ago. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7668.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7668.htm). Acesso em: 28 ago. 2017.
- CALABRE, Lia (org.). **Políticas culturais: diálogo indispensável**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.
- CANCLINI, Néstor G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.
- CANCLINI, Néstor G. **Políticas culturales en America Latina**. Cidade do México: Editorial Grijalbo, 1987.
- CARMO, Cleide. **Instrumentos e políticas públicas de cultura: o caso dos editais do Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal no período de 2011 a 2014**. 2016. 148 f., il Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- DESLAURIERS J. P. Recherche Qualitative. Montreal: McGraw Hill, 1991.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo** [online]. 2007, vol.12, n.23, pp.100-122. ISSN 1413-7704.
- FONSECA, J. J. S. (2002). **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC. [Apostila.]
- GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro (92/93), jan./jun. 1988a. p. 69-82.
- CASANOVA, P. G. **Colonialismo interno (uma redefinição)**. En publicacion: A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas Boron, Atilio A.; Amadeo, Javier; Gonzalez, Sabrina. 2007 ISBN 978987118367-8.
- GIL, A. C **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.



GILROY, Paul. **O Atlântico Negro como contracultura da modernidade**. In: GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34, 2001.

KILOMBA, Grada. *A Máscara*. Tradução DE JESUS, Jessica Oliveira. In: *Cadernos de Literatura em Tradução, Brasil*, n. 16, maio 2016. ISSN 2359-5388. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/clt/article/view/115286/112968>. Acesso em 25 nov. 2017

LASCOUMES, Pierre e LE GALÈS, Patrick. *A ação pública abordada pelos seus instrumentos*. **Revista Pós Ciências Sociais**. São Luís, v. 9, n. 18, jul./dez. 2012b [2005]. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/1331/1048>. Acesso em: 28 ago. 2017.

LASCOUMES, Pierre e LE GALÈS, Patrick. **Sociologia da ação pública**. Maceió: EDUFAL, 2012a [2007].

LIMA, L. P. B.; ORTELLADO, P.; SOUZA, V. de. (2013). **O que são as políticas culturais?** Uma revisão crítica das modalidades de atuação do Estado no campo da cultura. IV Seminário Internacional de políticas culturais. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/2013/11/01/comunicacoes-do-iv-seminario-internacional-de-politicas-culturais/>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

LOPES, Helena Theodoro; SIQUEIRA, José Jorge; NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Negro e cultura no Brasil: pequena enciclopédia da cultura brasileira**. Rio de Janeiro: União Brasileira para o Desenvolvimento das Artes e Ciências, 1987. 136 p. ISBN 8585108029.  
MINISTÉRIO DA CULTURA. **1ª Conferência Nacional de Cultura: Estado e Sociedade construindo políticas públicas de cultura**. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

MICELI, Sérgio. **Estado e Cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984

MINC. **1ª Conferência Nacional de Cultura 2005/2006. Estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura**. Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura. Brasília: Minc, 2007.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Anais III Conferência Nacional de Cultura: Uma política de Estado para cultura: desafios do Sistema Nacional de Cultura**. Brasília: Ministério da Cultura, 2014.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Plano Nacional de Cultura**. Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/category/metas/6/>. Acesso em: 27 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Edital de divulgação nº 02/2005**. Apoio, por meio de repasse de recursos em dinheiro e de ações do Programa Cultura Viva, a projetos de entidades sem fins lucrativos (Pontos de Cultura) cujo foco é a capoeira.

\_\_\_\_\_. **Edital Capoeira Viva 2006**. Apoio financeiro visando à valorização, promoção e consolidação da capoeira como um dos vetores da formação do patrimônio cultural brasileiro.

\_\_\_\_\_. **Edital regulamento de licitação modalidade concurso nº 001/2008.** Concurso Público Nacional Estátua Zumbi Dos Palmares.

\_\_\_\_\_. **Edital de divulgação nº 02/2008.** Fomento de Bolsas de incentivo a Griôs Aprendizes, Griôs e/ou Mestres de tradição oral.

\_\_\_\_\_. **Edital nº 01/2009.** Seleção Pública para apoio a projetos culturais – Edital de Ideias Criativas para 20 de novembro – Dia Nacional da Consciência Negra 2009.

\_\_\_\_\_. **Edital de Concurso nº 01/2010.** Apoio à formulação e implantação do programa nacional de salvaguarda e incentivo à capoeira.

\_\_\_\_\_. **Edital de premiação nº 001 – DPI/2010.** Reconhecer e fortalecer a tradição cultural da Capoeira por meio da premiação de Mestres e Mestras de Capoeira.

\_\_\_\_\_. **Edital de concurso público nº 7/2010.** Seleção Pública para Apoio a Projetos: I Edital Procultura – Núcleo de Formação Cultural da Juventude Negra.

\_\_\_\_\_. **Edital do Concurso nº 01/2010.** Seleção de monografias de conclusão de graduação e dissertações de mestrado que versem sobre Cultura Afro-Brasileira, Comunidades Tradicionais ou Cultura Afro-Latina.

\_\_\_\_\_. **Edital Seleção nº 02/2010.** Seleção Pública para Apoio a Projetos Culturais: Edital Ideias Criativas para 20 de novembro de 2010 – Dia Nacional da Consciência Negra.

\_\_\_\_\_. **Edital de Seleção Pública de Projetos 2010.** Seleção para premiação de projetos de profissionais individuais ou companhias que trabalham de forma sistemática com expressões afro-brasileiras

\_\_\_\_\_. **Edital 22 anos, 2010.** Seleção Pública para Apoio a Projetos Culturais – Edital de Celebração do 22º Aniversário da Fundação Cultural Palmares.

\_\_\_\_\_. **Edital de Chamada Pública FBN nº 01/DLLLB/2012.** Selecionar projeto para pontos de leitura cultura negra.

\_\_\_\_\_. **Edital de Chamada Pública FBN nº 02/CPE/2012.** Selecionar projetos de pesquisa para concessão de bolsas, propostos por pesquisadores e pesquisadoras negras, visando incentivar a produção de trabalhos originais, em território brasileiro, em qualquer uma das áreas e subáreas do conhecimento definidas pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

\_\_\_\_\_. **Edital de Chamada Pública FBN nº 03/CPE/2012.** Selecionar parcerias para o desenvolvimento de projetos editoriais sob a forma de coedição, a fim de produzir publicações de autores brasileiros negros.

\_\_\_\_\_. **Edital nº 03/2012.** Apoio para curta-metragem - curta-afirmativo: protagonismo da juventude negra na produção audiovisual.

\_\_\_\_\_. **Edital prêmio FUNARTE de arte negra, 2012.** Seleção para dar aos produtores e artistas negros oportunidade de acesso a condições e meios de produção artística.

\_\_\_\_\_. **Edital Chamada Pública nº 001/2012.** Selecionar propostas de entidades com capacidade técnica e administrativa para realização de Curso de Formação Profissional na Área da Cultura para Jovens Negros e Negras.

\_\_\_\_\_. **Edital do Concurso nº 001 /2012 CNIRC.** Premiação de monografias de conclusão de graduação, dissertações de mestrado e teses de doutorado que versem sobre Cultura Afro-Brasileira

\_\_\_\_\_. **Edital de Chamada Pública nº 002 /2012 – FCP/MINC.** Seleção de proposta voltada a realização do mapeamento e da publicação do Patrimônio Cultural das Comunidades Quilombolas no Estado do Amapá.

\_\_\_\_\_. **Edital Chamada Pública nº 01/2013 – FCP.** Seleção de projetos para implantação de núcleos de formação de agentes de cultura da juventude negra – NUFAC.

\_\_\_\_\_. **Edital De Concurso Público nº 01/2013.** Seleção de projetos para a realização de atividades artísticas, socioculturais e formativas alusivas ao Dia da Consciência Negra.

\_\_\_\_\_. **Edital De Concurso Público Nº 02/2013.** Seleção de documentários inéditos, em formato de média-metragem.

\_\_\_\_\_. **Edital de Concurso nº 01/2014.** Premiar iniciativas culturais existentes das comunidades quilombolas, dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana e dos coletivos culturais negros, dando visibilidade às expressões culturais destes grupos.

\_\_\_\_\_. **Edital nº 05/2014 Curta Afirmativo.** Apoio à produção de obras audiovisuais brasileiras inéditas e originais, dirigidas ou produzidas por negros.

\_\_\_\_\_. **Edital Bolsa Funarte de Fomento aos Artistas e Produtores Negros, 2014.** Concessão de 45 (quarenta e cinco) bolsas que promovam a reflexão, a pesquisa de linguagem e a criação nas áreas de artes visuais, circo, dança, música, teatro, preservação da memória e artes para proponentes negros.

\_\_\_\_\_. **Edital De Chamada Pública Nº 01/2015.** Seleção de projetos culturais com vistas à celebração de convênio com a Fundação Cultural Palmares, para o fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura.

\_\_\_\_\_. **Edital SAV/MINC/FSA Nº 03/2016.** Selecionar projetos de produção independente de obras cinematográficas de longa-metragem de baixo-orçamento, inéditas, de ficção, com uso ou não de técnicas de animação, com temática livre, dirigidas por cineastas afro-brasileiros e/ou negros.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOURA, C. (2004). Formas de resistência do negro escravizado e do afro-descendente. Em K. Mununga (Org.), **História do negro no Brasil: Vol.1. O negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição** (pp.0961). Brasília: Fundação PalmaresMinC.

NASCIMENTO, Abdias do. Documento 7: **Quilombismo: um conceito científico emergente do processo histórico-cultural da população afro-brasileira**. In: NASCIMENTO, Abdias do. O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1980. p. 255-295.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, pp. 93 - 100.

NASCIMENTO, Alessandra Amaral Soares. **Candomblé e Umbanda: Práticas religiosas da identidade negra no Brasil**. RBSE, 9 (27): 923 a 944. ISSN 1676-8965, dezembro de 2010. <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>

NASCIMENTO, Maria Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência afro-brasileira. In: NASCIMENTO, Elisa Larkim. **Cultura e movimento. Matrizes africanas e ativismo negro no Brasil**. Coleção Sankofa, vol.2, São Paulo, Selo Negro. 2008.Cap. 3, p.71-91.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: Lander, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americana, p. 117-142. Buenos Aires: Clacso, 2005.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais no primeiro governo Dilma: patamar rebaixado**. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia (orgs.). *Políticas culturais no Governo Dilma*. Salvador: EDUFBA, 2015. p.11-31 (Coleção Cult).

SOUZA, Arivaldo Santos de. Racismo institucional: para compreender o conceito. **Revista da ABPN**. v. 1, n. 3 – nov. 2010 – fev. 2011, p. 77-87.

SILVA, Frederico A. Barbosa; MIDDLEJ, Suylan. **Políticas Públicas Culturais: a voz dos gestores**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA, 2011.

VELECI, Nailah Neves. **Cadê Oxum no espelho constitucional?: os obstáculos sócio-político-culturais para o combate às violações dos direitos dos povos e comunidades tradicionais de terreiro**. 2017. 145 f., il. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) —Universidade de Brasília, Brasília, 2017.